



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

Versão para registro histórico

Não passível de alteração

TRANSCRIÇÃO *IPSIS VERBIS*

CPI - EXPLORAÇÃO SEXUAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES			
EVENTO: Audiência Pública	REUNIÃO Nº: 0043/14	DATA: 20/02/2014	
LOCAL: Assembleia Legislativa de Manaus-AM	INÍCIO: 20h54min	TÉRMINO: 00h25min	PÁGINAS: 71

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

CONCEIÇÃO SAMPAIO – Deputada Estadual do Amazonas.
LUIZ CASTRO - Deputado Estadual do Amazonas.
JOSÉ RICARDO - Deputado Estadual do Amazonas.
RAFAEL DE ARAÚJO ROMANO - Vice-Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas.
MIRIAM MARIA JOSÉ DOS SANTOS - Presidente do CONANDA.
LEDA MARA NASCIMENTO ALBUQUERQUE - Promotora de Justiça.
ALZIRA MELO COSTA - Procuradora-Chefe do Ministério Público do Trabalho.
MARCELO NASCIMENTO - Coordenador-Geral da Política de Fortalecimento dos Conselhos.
LUCIMAR DE SOUZA WEIL - Coordenadora do Comitê Estadual de Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes do Amazonas.
MARIA GORETH GARCIA DO CARMO RIBEIRO - Secretária Municipal de Assistência Social e Direitos Humanos — SEMASDH da cidade de Manaus.
WASHINGTON RÉGIS - Deputado Estadual do Amazonas e Presidente da Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa do Amazonas.
LINDA GLÁUCIA DE MORAES - Delegada da Delegacia Especializada de Assistência e Proteção à Criança e ao Adolescente — DEAPCA.
EDMILSON DA COSTA BARREIROS JÚNIOR - Procurador da República no Estado do Amazonas.
EPITÁCIO DA SILVA ALMEIDA - Presidente da Comissão de Direitos Humanos da OAB do Amazonas.
PERINA DE FÁTIMA AGUIAR COSTA - Presidenta do Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente do Amazonas.
ALOIZIO PAES DE LIMA - Ouvidor representando a Secretaria de Estado de Segurança Pública.
SILVIA CARLA MACEDO CARDOSO - Coordenadora do Fórum dos Conselhos Tutelares da Região Norte e Presidente do Fórum Estadual dos Conselhos Tutelares.
WIRLLEY MENEZES DE PAULA - Inspetor Chefe Substituto do 3º Distrito de Polícia Rodoviária Federal no Estado do Amazonas.
ZÉLIA CAMPOS - Coordenadora do Serviço de Atendimento à Vítima de Violência Sexual.
AMANDA FERREIRA - Coordenadora do Instituto de Assistência à Criança e ao Adolescente do Bairro de Santo Antônio - IACAS.
GECILDA ALBANO PEÇANHA - Diretora do Departamento de Proteção Social Especial da



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Secretaria Municipal de Assistência Social e Direitos Humanos de Manaus.
ALEXANDRE SIMÕES - Representante da ONG Instituto Amazônico de Cidadania — IACI.
ELISABETE MACIEL - Presidente da Associação das Donas de Casa do Estado do Amazonas.

SUMÁRIO

Debata sobre o enfrentamento da exploração sexual de crianças e adolescentes.

OBSERVAÇÕES

Reunião realizada na Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas.
Houve intervenção fora do microfone. Inaudível.
Houve exibições de vídeo.
Há expressão ininteligível.



A SRA. APRESENTADORA (Deputada Conceição Sampaio) - Invocando a proteção de Deus e em nome do povo do Amazonas, declaro aberta a presente reunião da CPI da Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes, que está sendo realizada nesta Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas.

Quero já agradecer aqui às Deputadas Federais: à Presidenta da CPI, Deputada Erika Kokay, a quem já convido neste momento a compor a Mesa (*palmas*), e também à Exma. Sra. Deputada Liliam Sá, Relatora da Comissão Parlamentar de Inquérito da Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes. (*Palmas*). Convido a Exma. Sra. Deputada Federal Rebecca Martins Garcia, representante do Amazonas na Câmara Federal (*Palmas*). Convido o Exmo. Sr. Deputado Luiz Castro. (*Palmas*). Convido o Exmo. Sr. Deputado José Ricardo (*palmas*); ao mesmo tempo em que registro e agradeço a presença do Deputado Abdala Fraxe, Presidente da Comissão de Direitos Humanos desta Casa; do Deputado Sinésio Campos (*palmas*); do Deputado Washington Régis, Presidente da Comissão da Criança e do Adolescente, desta Casa (*palmas*), e do Deputado Chico Preto (*palmas*). Registro também a presença do Deputado Tony Medeiros. (*Palmas*).

Convido o Exmo. Sr. Desembargador Rafael Romano, Vice-Presidente, representando neste ato o Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas. (*Palmas*). Convido a Sra. Miriam Maria José dos Santos, Presidenta do CONANDA. (*Palmas*). Convido a Exma. Sra. Leda Mara Albuquerque, Promotora de Justiça, representando neste ato o Ministério Público do Estado do Amazonas. (*Palmas*). Convido a Sra. Lucimar de Souza, Coordenadora do Comitê Estadual de Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes no Amazonas. (*Palmas*). Convido o Sr. Marcelo Nascimento, Coordenador-Geral da Política de Fortalecimento dos Conselhos, representando neste ato a Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. (*Palmas*). Convido a Exma. Sra. Alzira Melo Costa, Procuradora-Chefa da Procuradoria Regional do Trabalho da 11ª Região. (*Palmas*). Convido a Exma. Sra. Maria Goreth Garcia do Carmo Ribeiro, Secretária Municipal de Assistência Social e Direitos Humanos. (*Palmas*).

Composta a Mesa, eu gostaria de fazer um agradecimento pela participação de cada pessoa aqui e, em nome do Presidente deste Poder, Deputado Josué Neto, dar sempre boas-vindas às nossas guerreiras Deputadas, a essa Comissão, que



empresta ao Estado brasileiro certamente um trabalho valoroso. Muito obrigada. Sejam acolhidas e acolhidos pelo Estado do Amazonas e pelo povo, que certamente está dizendo: *“Muito obrigado pelo trabalho!”*

Quero, neste momento, passar, portanto, a Presidência desta Mesa à Deputada Federal Erika Kokay, Presidenta desta Comissão. *(Palmas.)*

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Eu declaro aberta a presente reunião da CPI da Exploração de Sexual de Crianças e Adolescentes, que está realizando esta audiência pública aqui na Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas.

Quero agradecer às Deputadas Federais aqui presentes; a todas e a todos que fizeram conosco essa diligência no Município de Coari e que compõem a Mesa; também ao nosso companheiro Renato Souto, que, em seguida, estará também compondo a nossa Mesa, bem como ao Procurador da República do Estado do Amazonas, o Edmilson da Costa Júnior, que também irá compor a nossa Mesa. *(Palmas.)*

Nós vamos ainda colher uma série de intervenções. Nós temos uma Mesa que é dialética, eu diria, porque é uma Mesa que se derrama também para o plenário, na medida em que não temos como comportar todas as pessoas convidadas, que farão uso da palavra, aqui nesta Mesa principal. Mas nós ainda temos várias pessoas que foram convidadas pela CPI e que farão uso da palavra, se assim o desejarem, nesta audiência pública.

Gostaria, mais uma vez, de agradecer ao Presidente da Casa, Josué Neto, que nos possibilitou não apenas o espaço para que nós pudéssemos fazer esta discussão aqui como também nos deu infraestrutura necessária para que pudéssemos nos deslocar aqui no Município de Manaus e pudéssemos viabilizar a nossa ida ao Município de Coari.

Nesse sentido, também agradeço à FAB, ao Ministério da Aeronáutica, que nos possibilitou o transporte ao Município de Coari.

Nós estamos aqui no dia de hoje, passamos o dia no Município de Coari, colhemos nove depoimentos, fizemos algumas diligências naquela cidade. Estaremos amanhã colhendo outros depoimentos; teremos reunião também com o Presidente do Tribunal de Justiça e com o Procurador do Estado do Amazonas e



colheremos outros depoimentos acerca do caso de Coari também e da operação conhecida como Operação de Estocolmo, aqui no Município de Manaus. Então, nós vamos continuar a colher depoimentos e devemos voltar aos nossos locais de origem no sábado pela manhã.

Mas eu queria dizer que todas e todos nós que estivemos hoje em Coari estamos bastante impactados com o que nós constatamos lá. É a terceira vez que esta CPI vai a Coari. O Município de Coari adquire um caráter absolutamente emblemático. Ele não é o único Município onde nós detectamos a existência de redes de exploração sexual; aqui nós temos seis, sete, oito Municípios no Estado do Amazonas onde já estão consolidadas as investigações de vários órgãos públicos no que dizem respeito à exploração sexual. Mas o Município de Coari tem um caráter emblemático para esta CPI, porque eu penso que ali há uma disputa muito nítida entre a barbárie e o Estado Democrático de Direito.

O que nós vimos no dia de hoje, com esses depoimentos que foram colhidos, não obstante o Prefeito esteja em privação de liberdade e alguns assessores diretos daquele Prefeito, é um Estado de terror, um verdadeiro Termidor estabelecido naquele Município: muito pânico, muitas ameaças, muitos atentados, o que nos faz constatar que há a existência de um corpo que se utiliza da máquina pública absolutamente esparramado ou, enfim, ramificado e que funciona na perspectiva de alimentar a impunidade.

Nós hoje visitamos duas residências onde há denúncias de que sofreram ações de balas na perspectiva de intimidar os seus moradores; nós vimos pessoas irem às lágrimas, porque têm um sentimento muito forte de aporia, da ausência de poros, que é a impotência que dá quando você busca se agarrar ao Estado Democrático de Direito e vê que há uma reedição da lógica de Luís XIV, que dizia : *“O Estado sou eu, a lei sou eu.”*

Portanto, há várias denúncias de que vários secretários, assessores diretos da Prefeitura estão utilizando a estrutura do Estado, o poder do Estado não para a construção de uma lógica republicana e não para a construção do luto que este País precisa fazer do colonialismo, da escravidão e da ditadura e que tem dificuldade de fazer. Mas o que nós vimos hoje é a utilização da máquina para alimentar a



impunidade e a utilização da máquina para impedir que os processos judiciais possam correr sem coação, sem ameaça.

É preciso fazer o luto da ditadura. E fazer luto da ditadura significa fazer com que o Estado Democrático de Direito possa prevalecer frente à barbárie que nós vimos no dia de hoje.

Neste sentido, nós que estivemos lá hoje, membros da CPI, temos uma convicção: é preciso haver uma intervenção no Município de Coari. Nós lutamos pelo afastamento preventivo do Prefeito, para que o processo pudesse ter elasticidade, pudesse correr dentro da lógica de um país que carrega as marcas na sua pele do que representou uma ditadura e carrega a marca na sua pele da luta pela construção de uma democracia que ainda está em desenvolvimento.

Por isso nós achamos necessário que se faça uma intervenção naquele Município para que nós possamos fazer com que essa máquina não seja utilizada dessa forma. Que nós não tenhamos pessoas que acordam com balas ou com ameaça de balas, que nós não tenhamos pessoas ameaçadas de perder a sua vida simplesmente porque buscam justiça e buscam fazer com que nós caiamos no leito natural, profícuo e belo da legalidade.

E falo isso porque uma das coisas que me assusta é a denúncia que tivemos hoje de que um Conselho Tutelar no Município de Coari estaria sofrendo a intervenção da Prefeitura na perspectiva de estar ali vasculhando todas as fichas e todas as denúncias de violação de direitos, rompendo a privacidade e rompendo o sigilo, revitimizando crianças e adolescentes que já tiveram seus direitos violados, senão não teriam buscado o Conselho Tutelar. Ou seja, as denúncias que foram ali feitas estão sendo vasculhadas. Isso é inadmissível, é abaixo do marco civilizatório que este Brasil conquistou com muita luta, com muita esperança, mas inegavelmente com muita dor também.

É inadmissível que nós tenhamos uma Prefeitura que se sinta no direito de punir oficiais de justiça, que se sinta no direito de punir conselheiros tutelares, de ameaçar com a exoneração dos Conselhos Tutelares, que é uma conquista democrática deste País e uma conquista de direitos das crianças e dos adolescentes e, particularmente, da lógica de proteção integral que a nossa legislação prevê.



Por isso, são aspectos que dialogam entre si que mostram e são sintomas de uma concepção de que o Estado não é para todos e de que nós não temos uma estrutura pública que possa ser realmente pública.

Isso tudo é o que está em jogo, penso eu, no Município de Coari e, por isso, nós vamos fundamentar a necessidade de intervenção naquele Município, para que se possam respirar os ares da democracia, para que se possa respirar a liberdade e para que as pessoas que denunciaram com muita coragem não tenham que ser prisioneiras delas mesmas, porque são pessoas que não se sentem à vontade para dormir em suas próprias casas, pessoas que não se sentem à vontade para andar nas ruas, pessoas que consideram que a noite é algo que atemoriza e que suas casas são espaços de ameaças.

E digo isso porque, quando nós estamos na rua, nós somos anônimos. É em casa que nós somos nós mesmos e é em casa que nós temos nossas relações mais atávicas e mais caras. Nós não podemos ter a casa como um universo de temor e de ameaça em função de um Prefeito que, ainda que preso, supostamente aciona uma máquina que ainda está sob seu domínio para provocar essa impunidade.

Eu digo que esta CPI tem duas preocupações, dentre tantas outras: uma é romper a impunidade. A impunidade naturaliza a violação de direitos, naturaliza a cadeia de vitimizações que as crianças e os adolescentes vítimas de exploração sexual sofrem, a vitimização da pobreza, que empurra para a exploração sexual, de não serem donos do seu corpo e sujeitos da sua própria vida e não serem sujeitos de direitos, desumanização simbólica, que é também vítima a fala que muitas vezes não é considerada, são emudecidas, são silenciadas, e a culpabilização que, via de regra, a sociedade impõe particularmente aos adolescentes vítimas de exploração sexual. É preciso romper essa cadeia de vitimização, e não naturalizá-la.

E, para além disso, a impunidade provoca muito medo, e o medo embrutece, emudece e encolhe, quando o ser humano veio para se expandir e dialogar com o infinito, o que só os seres humanos conseguem fazer.

Nós também temos uma preocupação grande, e vimos isso aqui na última audiência que tivemos neste Município de Manaus. É preciso ter um nível de atendimento às vítimas de exploração sexual. O Estado muitas vezes é precário



nesse atendimento, através dos CREAS, através dos programas que devem ter intersetorialidade.

Digo isso porque é preciso fazer com que essas meninas e meninos ressignifiquem suas vidas, interrompam a situação de exploração sexual para que não haja perenização dessa situação em função da precariedade do atendimento fornecido pelo Estado.

Por isso digo que romper com a impunidade e assegurar um nível de atendimento são perspectivas absolutamente fundamentais para esta CPI.

Além disso, nós temos preocupação com as grandes obras que, não temos nenhuma dúvida, e já realizamos inúmeras audiências públicas nesse sentido, recrudescem a violação de direitos. E o Brasil precisa estabelecer condicionantes para instalar os grandes canteiros de obras que derramam milhares de homens sem vínculo nenhum em uma comunidade e que destroem e impactam as relações consolidadas, afetivas e sociais naquele Município.

Nós também temos uma preocupação com os grandes eventos, porque o Brasil precisa se preparar. E se preparar não é só ter infraestrutura aeroportuária ou infraestrutura hoteleira para os grandes eventos, particularmente a Copa do Mundo, mas é criar condições para que não tenhamos um impacto que possa levar ao recrudescimento das violações.

E temos preocupação com as fronteiras. Várias denúncias nós temos de que as fronteiras, que deveriam ser espaços de proteção do País, são palcos ou se tornam palcos de violação de direitos e de exploração sexual.

Esses são os objetivos da CPI, para que nós possamos construir outra realidade e para que nós não tenhamos esse nível de infância usurpada, de infância roubada, de adolescência pisoteada. E essa vitimização que se transforma numa cadeia cheia de elos que precisa ser quebrada pela sociedade, pelo Estado, pela família, como diz o nosso Estatuto da Criança e do Adolescente.

Por isso nós estamos aqui extremamente impactados. Mas nós queremos deixar absolutamente claro que — e tenho certeza de que falo também em nome dos outros membros da CPI, particularmente da Deputada Liliam Sá — esta CPI não vai se intimidar. E nós vamos até o fim para dizer que vale a pena denunciar, que vale a pena se colocar contra essa lógica destruidora de direitos, essa lógica de



vitimização interminável, essa lógica de desumanização que a exploração sexual de crianças e adolescentes desenvolve.

Por isso nós estamos aqui para dizer que podem ameaçar esta CPI e quem quer que seja. Nós temos absoluta certeza de que o Estado Democrático de Direito vai vergar a barbárie e nós vamos consolidar passos importantes na construção de uma nova sociedade. (*Palmas.*) Por isso nós estamos aqui e viremos quantas vezes forem necessárias, quantas vezes houver necessidade para que nós possamos continuar esse trabalho.

Nesse sentido, eu gostaria de anunciar o seguinte procedimento: nós vamos passar a palavra para as pessoas que compõem a Mesa; vamos passar a palavra para as outras pessoas que foram convidadas para compor esta CPI e para os Parlamentares antes disso, se quiserem fazer uso da palavra, e nós vamos, em seguida, fechar com as conclusões que se fizerem necessárias.

Vamos passar a palavra, em primeiro lugar, para as pessoas que aqui estão, depois para a extensão da Mesa, aos convidados, com a prevalência dos Deputados Estaduais que aqui estão.

A Relatora pode interromper qualquer fala no momento que quiser, no momento em que achar necessário para formatar opiniões, esclarecer dúvidas necessárias para a composição do relatório. Portanto, S.Exa. tem absolutamente a liberdade e a prevalência sobre os demais participantes desta audiência pública.

Nesse sentido, eu gostaria então de começar, chamando para fazer uso da palavra a Deputada Rebecca Garcia, Deputada Federal da bancada do Amazonas.

Antes, porém, quero dizer que agradecemos muito a presença do Desembargador Romano e entendemos a dificuldade que ele terá de se pronunciar nesta audiência pública, tendo em vista ser relator de matérias que dizem respeito ao objeto desta CPI. Portanto, agradecemos imensamente a participação, a CPI se sente valorizada com a sua presença, mas entendemos que o senhor terá dificuldade de se posicionar e se colocar nesta audiência pública, em função de ser relator de alguns processos que dizem respeito ao objeto desta CPI.

Feitos esses esclarecimentos, passo a palavra à Deputada Rebecca Garcia, a quem agradecemos muito a presença nesta audiência pública.



A SRA. DEPUTADA REBECCA GARCIA - Gostaria de cumprimentar a Deputada Erika Kokay e, em nome de S.Exa., cumprimentar toda a Mesa.

Eu me sinto, Deputada Erika, perfeitamente representada pela sua fala. Sinceramente, não vejo nem necessidade de falar. Quero apenas reafirmar o meu compromisso, enquanto Deputada Federal, enquanto amazonense, de estar ao lado do trabalho que a CPI tem feito de maneira exemplar não só no Estado do Amazonas, mas em todo o País, e me colocar ao lado da CPI e dizer que o meu mandato, desde o primeiro dia, sempre estive à disposição de brigar e lutar pelos direitos de nossas crianças e adolescentes. E não poderia ser diferente no meu Estado.

Então, eu agradeço a oportunidade de falar, cumprimento todos os senhores e senhoras aqui presentes. Gostaria de fazer um cumprimento especial e em separado ao Desembargador Rafael Romano.

Deputada Erika, Deputada Liliam, eu sinceramente acredito na Justiça do meu Estado. Tenho certeza de que o que for preciso para colocar ordem e garantir o direito de nossas crianças a nossa Justiça fará.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - A Deputada Rebecca faz parte da CPI da Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes.

Vou passar a palavra, então, para a Deputada Liliam Sá, Relatora desta CPI.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Quero saudar todos nesta noite com a graça e a paz de Nosso Senhor Jesus Cristo, porque a Ele toda honra e toda glória de a gente estar aqui podendo contribuir com este Estado maravilhoso!

Quero cumprimentar a Mesa, o Desembargador Rafael Romano, todas as autoridades presentes, a nossa anfitriã, Conceição Sampaio, todos os Deputados Estaduais, a Primeira-Dama, os Vereadores e os demais políticos presentes.

Gostaria de dizer a vocês que foi uma oportunidade única para esta CPI poder entender um pouco da vida do povo amazonense. Só vindo aqui mesmo para a gente sentir na pele todo o sentimento que vocês têm em relação a esses crimes contra crianças e adolescentes.

Estivemos em Coari hoje e ficamos muito sensibilizados e consternados com um chefe de família chorando, dizendo assim: "*O meu direito de ir e vir está sendo*



cerceado, porque eu tenho medo de ir para a rua e sofrer um atentado, eu tenho medo de buscar o meu filho na creche e sofrer um atentado". Essa é a vida do povo de Coari, dessas pessoas que estão oprimidas por um poder, o poder político e econômico que escraviza as pessoas, o poder político e econômico que vive da pobreza, da falta de conhecimento desse povo, porque de lá ele não pode sair. Eles estão ilhados. Para sair têm que pegar avião, têm que pegar barco. Vão pedir ajuda para quem?

Criança é sujeito de direito. Mas cadê o direito dessa menina que vai para a escola, chega à escola e é assediada por uma rede de exploração sexual. Que direito tem essa menina? Ela tem o direito de ser protegida. E aqueles que deveriam fazer a proteção dessas meninas e desses meninos são os primeiros a querer abusar dos direitos humanos. E nós não podemos admitir isso.

O Estado do Amazonas é lindo, é maravilhoso, tem riquezas, tem história, tem coisas maravilhosas, e não pode ser conhecido lá fora como a porta de entrada e a porta de saída de predadores da infância, de predadores de sexo com criança. Nós não vamos admitir isso, e acreditamos que, nesse Estado, os atores que trabalham defendendo os direitos de crianças e adolescentes não vão admitir isso.

Por isso nós estamos aqui, a CPI. Nós não temos interesse político nenhum. Estava até comentando com a Erika Kokay: *Erika, por que você não se candidata aqui e deixa Brasília?* E a Erika falou: *"Não, eu não deixo minha Brasília nunca!"* Entenderam? A gente não tem interesse político aqui. Ela é do PT, eu sou do PROS, sou do Rio de Janeiro.

Nós acabamos lá, no Rio de Janeiro, de conseguir com o Tribunal de Justiça, que fosse rejugado um caso que levava mais de 10 anos. Eu era Vereadora, Desembargador. Eu era Vereadora quando nós estávamos procurando meninas desaparecidas, meninas que desaparecem entre 7 e 12 anos de idade. E nós conseguimos que esse caso fosse rejugado, e esse pedófilo pegou 7 anos em regime fechado, porque tinha sido julgado e a sentença dele foi em regime aberto, 2 anos por sequestro e ocultação de cadáver de uma menina.

Então, esta CPI tem muita coisa para oferecer a este País, mas nós contamos com vocês, nós contamos com o apoio de vocês, com as denúncias de vocês, com o trabalho de vocês, com o trabalho que a mídia tem feito também para valorização



desta CPI. E nós pedimos encarecidamente ao Presidente desta Casa, Josué Neto, que instale imediatamente a CPI da Pedofilia nesta Casa. *(Palmas.)*

É inadmissível, depois de tantas denúncias, de tudo o que está acontecendo, da Operação Estocolmo, e nós amanhã vamos escutar políticos envolvidos com rede de exploração sexual, admitir mais isso. Nós temos que dar um basta na impunidade, temos que dar um basta na corrupção, temos que dar um basta na pedofilia neste Estado. *(Palmas.)*

Este é o nosso sentimento, é o sentimento do povo de Coari, é o sentimento do povo amazonense, que não aguenta mais ficar oprimido, que não aguenta mais ter o seu direito de cidadão, direito de quem foi lá, votou, e tem lá o seu direito... Os políticos são empregados de vocês. Nós somos empregados de vocês, porque nós vivemos através do voto de vocês. Então, se nós recebemos nosso salário é porque vocês votaram em nós. E nós temos que ter um trabalho de excelência. Gente, eu quero parabenizar aqueles que tiveram a coragem de enfrentar esse poderio econômico, político, de coronéis que querem mandar no seu direito, na sua casa, na sua família, nos seus filhos.

Vamos dar um basta nisso tudo, porque nós temos, sim, que ter intolerância zero com a pedofilia. Intolerância zero para a pedofilia! Muito obrigada. *(Palmas.)*

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Obrigada, Deputada Liliam Sá.

Gostaria de passar, neste momento, a palavra ao nosso Deputado Estadual Luiz Castro. *(Palmas.)*

O SR. LUIZ CASTRO - Quero saudar as duas Deputadas Federais Erika Kokay e Liliam Sá; saudar a Deputada Federal Rebecca Garcia; saudar meus colegas Deputados Estaduais José Ricardo, Conceição Sampaio, Washington Régis, Abdala Fraxe, Tony Medeiros, aqui presentes; saudar todas as entidades aqui presentes; saudar o Dr. Rafael Romano, do Tribunal de Justiça, a Dra. Leda, Dra. Alzira, Dr. Edmilson; saudar a todos aqui presentes, todos os movimentos de direitos humanos.

Hoje o que nós vimos em Coari foi um país à parte, como se nós tivéssemos um enclave fora do Brasil, uma terra sem lei, sem respeito às crianças, sem respeito aos adolescentes, sem respeito às famílias, aos adultos.



Como a Deputada Liliam e a Deputada Erika colocaram, nós vimos homens da nossa idade, da minha idade ou mais jovens, chorando como crianças nos seus depoimentos, um sentimento de impotência, de frustração, diante de situações completamente injustas. Pessoas andam armadas, em carros com Insulfilm, ameaçam, perseguem, seguem, mandam recados, atiram.

A prisão do chefe do esquema não foi suficiente. Ao contrário, o clima está ainda mais aterrorizante. O Ministério Público hoje pediu a intervenção. Nós esperamos que o nosso douto Tribunal de Justiça tenha a percepção exata do que está acontecendo em Coari. É um câncer, tem que ser extirpado. Nós vimos dizendo isso desde 2007, 2008. Graças a Deus, essas duas Deputadas vieram nos ajudar, sem desmerecer o Deputado Praciano, a Deputada Rebecca, alguns poucos Parlamentares estaduais, nós precisamos muito do trabalho delas. E só foi a partir das novas denúncias que elas levantaram, e também do trabalho do Ministério Público Estadual, desde setembro, que nós pudemos conhecer um pouco do tamanho do esquema de pedofilia.

Digo, sem medo de errar, meu caro Joel Rocha, que são dezenas e dezenas de moças aprisionadas nesse esquema; e não só de Coari. São moças de Manaus, de Manacapuru, de Iranduba. Esta rede é muito maior do que se pensa, é um câncer. E, para extirpar um câncer dessa natureza, tem que ser feita uma cirurgia, uma cirurgia radical. Nós estamos aqui para ajudar a fazer essa cirurgia.

Desembargador Rafael Romano, Dra. *Leda*, em nome dos senhores, nós apelamos à Justiça, ao Ministério Público para que não desista, não desista de fazer justiça. Ao mesmo tempo, nós também queremos dizer que essa não é mais uma situação política, essa é uma situação ética. Há uma divisão daqueles que querem combater a pedofilia e daqueles que querem proteger a pedofilia. Vamos deixar de eufemismo. É raro na vida de uma sociedade esse momento de divisor de águas. E nós estamos no Amazonas com um divisor de águas: quem quer combater a pedofilia, e quem não quer combater a pedofilia, continuar com a impunidade.

As duas Deputadas já vêm pela terceira vez aqui. Joel Rocha ficou 7 meses, no sol e na chuva, numa praça de Brasília, num processo do TSE que até hoje não foi terminado o julgamento. O Sr. Adail Pinheiro, que para alguns é um doente e para outros é um mau caráter terrível, é um pedófilo contumaz. Todas as provas do



processo antigo são suficientes para condená-lo. As provas colhidas pelo Ministério Público agora, mais ainda. Não é só ele; tem muita gente em Coari que participou dessa quadrilha.

O que nós esperamos, para encerrar o meu pronunciamento, é que o trabalho dessas duas jovens Deputadas, e que a resistência das pessoas de Coari, que não desistiram, não seja em vão. Que o Tribunal de Justiça e o Governo do Estado não deixem acontecer uma tragédia, porque, a qualquer momento, nós podemos ter uma tragédia no Município de Coari. Mortes estão iminentes para acontecer, por assassinatos, por atentados. É hora de restabelecer a democracia. Sabemos que o Desembargador Rafael Romano não pode se pronunciar por juízo de valor, pode falar protocolarmente, mas não pode emitir nenhuma opinião. Mas ele tem, ao lado dele, um corpo de ilustres Magistrados e Magistradas do Amazonas. O Governador Omar Aziz há também de compreender que já é hora de o Governo do Estado observar o que está acontecendo em Coari.

Obrigado a todos vocês e a todas vocês que não desistiram de lutar em defesa das nossas crianças. Vamos à luta! (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Eu passo a palavra ao Deputado José Ricardo, que também nos acompanhou e tem nos ajudado nos trabalhos da CPI.

O SR. JOSÉ RICARDO - Obrigado. Boa noite a todos e a todas. Quero saudar aqui a Mesa, em nome da Deputada Erika Kokay, e todos, então, sintam-se já considerados.

Eu queria, muito rapidamente, lembrar que lá em Coari hoje a gente percebeu, inclusive conversando com algumas pessoas, mas aqui em Manaus também, de um modo geral, as pessoas falam, as entidades de que há uma grande sensação de impunidade.

As pessoas perguntam: *“Vai acontecer alguma coisa? A CPI está aí, a polícia está aí, vocês estão aí, mais uma vez, mas e agora, o que vai ter de resultado?”* As pessoas estão aí, inclusive pessoa que deu depoimento, mas, na informalidade, perguntando: *“Mas vai ter punição mesmo? Alguém vai ser punido?”* Aí alguém disse: *“Não, mas o prefeito já foi preso”*. Ele foi preso, mas já foi julgado, já teve um julgamento, assim como ele, outras pessoas? Então, eu acredito que esta audiência



também está com essa responsabilidade. Na verdade, tem que dar uma resposta para a sociedade. A CPI tem esse papel. Vai ter efetivamente um resultado concreto? Eu diria que sim. Eu acho que passos estão sendo dados aí, porque as pessoas pedem providência e querem que haja um efetivo combate à pedofilia, à exploração sexual de crianças. Que cesse. Mas a partir de quê? Que pessoas sejam devidamente apontadas, julgadas e condenadas, na medida em que o crime esteja comprovado lá. Mas o fato de não ter julgamento é o que mais assusta as pessoas. As pessoas perguntam: *“Mas as instituições não estão funcionando? Por que não há julgamento?”*

Aqui a gente tem que lembrar que o Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, Desembargador Ari Moutinho, falou que tem 56 processos contra o Prefeito de Coari no Estado, na Justiça Estadual, sem falar nos processos federais. Dois processos foram agora recentemente arquivados. Por quê? Prescrição.

A Desembargadora Carla Reis, indignada — saiu no jornal —, disse: *“Olha, alguém tem que ser responsabilizado. Como é possível um processo ficar 6 anos no Ministério Público, transitar pelo Ministério Público, 5 anos na Comarca, e mais 1 no Tribunal, 12 anos, e agora ser arquivado, simplesmente?”* A pergunta: *“Dos outros 54 processos remanescentes, quantos não serão arquivados também por conta da mesma razão, da demora?”* Portanto, a sociedade também está cobrando mais agilidade das instituições. Neste momento, do Judiciário. O Judiciário está com todos esses processos nas mãos. Portanto, neste momento, inclusive o CNJ cobra isso também, e até quer saber por que essa demora.

No ano passado, dias antes de a CPI estar aqui em Manaus, é que processos contra esse prefeito foram distribuídos, inclusive processos que envolvem abusos contra crianças. Então, acredito que a CPI da Câmara dos Deputados, aqui, pela terceira vez... Hoje a CPI não foi hostilizada — eu não estive na primeira vez —, mas hoje as pessoas estavam me falando como foi naquela ocasião, portanto tudo orquestrado contra a CPI que estava lá buscando informações. Hoje o ambiente já é, com certeza, diferente, recebendo mais denúncias.

A gente sabe que a OAB, e aqui presente o Dr. Epitácio, da Comissão de Direitos Humanos da OAB, também esteve em Brasília entregando denúncias de



âmbito nacional. E, agora, além dessas questões, cogita-se a intervenção no Município. Eu não tenho dúvida. Tem que haver intervenção. Tem que haver o afastamento de toda essa equipe, de toda essa administração.

As Deputadas acabaram de mencionar que há pessoas falando que servidores públicos, secretários, funcionários da Prefeitura estão lá, pressionando, ameaçando, etc., mantendo as mesmas práticas que motivaram todos esses processos contra o Prefeito, em administrações anteriores aí. Tem que haver uma intervenção. Aqui nós, Parlamentares, alguns Parlamentares, nós demos entrada no Ministério Público. O Ministério Público, pelo visto, deu entrada no pedido de intervenção. Está cogitado aqui a CPI solicitar uma intervenção federal. Mas eu acho que está aqui o Ministério Público fazendo a sua parte. Neste momento, de novo, está nas mãos da Justiça. Então, Deputada Conceição, nós precisamos realmente saber, do Poder Judiciário, o andamento de todos esses processos.

Terminando, nós temos a proposta da CPI no Estado do Amazonas, aqui na Assembleia Legislativa. E é interessante: 22 Deputados assinaram em baixo concordando, pedindo a instalação de uma CPI. O vigésimo terceiro ontem se manifestou e disse que ia assinar. Já assinou. O último não assinou porque está afastado. Portanto, estamos falando que 100% dos Deputados da Assembleia Legislativa assinaram dizendo que precisaria implantar a CPI. Aí vem a pergunta: por que ainda não foi implantado? O que está acontecendo agora? Por que estão segurando? Agora começam já as vozes para impedir uma CPI do Estado. E a CPI do Estado é necessária, porque, além desses fatos, desses crimes de Coari — certamente podem vir outras denúncias do mesmo Município, tem denúncias em relação a Maués, que eu sei que também tem encaminhamento já para a CPI, aqui de Manaus, além da Estocolmo. Aliás, a Estocolmo é necessária. Estamos falando pouco da Estocolmo e de um trabalho de investigação aqui feito pela Polícia Civil, pelo Ministério Público, porque envolve uma série de outras pessoas. Portanto, a CPI aqui do Estado do Amazonas é necessária, é urgente. E, com certeza, vai ser um espaço para outras denúncias. Pessoas querem denunciar. Existem outras situações. E a CPI, portanto, teria essa oportunidade, além de auxiliar a CPI Federal. Portanto, da nossa parte, a defesa desse trabalho, o apoio ao trabalho da CPI nacional e aqui a defesa de termos uma CPI específica do Estado do Amazonas.



Quero agradecer a presença, a coragem, o trabalho de tantos que estão aqui, cada um, a sua maneira, fazendo um trabalho de combate à exploração sexual de crianças, lutando. A gente vê aqui pessoas da sociedade civil, de várias entidades que estão nesse trabalho há muito tempo. Elas esperam realmente que não continue essa sensação de impunidade. Todo mundo acredita nas instituições, mas chega uma hora que diz: *“Olha, não vale mais nem a pena procurar denunciar, porque não vai dar em nada!”* Então, aqui, a gente está acreditando que vai dar em alguma coisa. Alguma coisa que faça justiça e que combata a pedofilia. Obrigado. *(Palmas.)*

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Obrigada, Deputado José Ricardo.

Passo a palavra ao Desembargador Rafael Romano, que é Vice-Presidente, e aqui representa o Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas.

O SR. RAFAEL DE ARAÚJO ROMANO - Boa noite a todos! Para mim, restou pouca coisa, não é? *(Riso.)* Indo na carona, eu gostaria de perguntar a mim mesmo: quase todas as operações — e a população sabe disso... Daqui a pouco eu não vou poder falar em lugar nenhum *(riso)*, porque os processos mais cabeludos caem para mim. Eu gostaria de tirar na Mega-Sena. Então, o meu gabinete está aqui presente hoje e sabe. Problema, não sei contra quem, contra fulano... Então, não tem problema nenhum. Eu julgo o processo. As pessoas são acusadas ou são réus. Acabou o problema.

Digo que eu não quero ser o melhor, mas eu não quero me nivelar aos piores. *(Palmas.)* Não quero me nivelar aos piores! Não vamos bombardear os poderes, porque todo político é bandido, é ladrão. Tem que acabar com isso! Hoje nós temos um meio de comunicação muito grande, o “zap” da vida. Eu estou começando a trabalhar com isso agora.

Então, vocês acabam... A população tem que entender que em todos os lugares têm os bons. E os piores são minoria, gente. Vamos acabar com isso. Então, nada presta neste País? Alguma coisa está errada, não é?

Quando se fala em CPI vem logo a resposta: vai dar em nada, é só despesa. Não é não! CPI é como a Copa do Mundo: onde chega, deixa o rastro dela. Se não elimina aquele foco do problema, vai melhorar alguma coisa por onde passa, alguma coisa melhora.



Agora, eu fico preocupado: será que é preciso chegar uma CPI a um Estado como o nosso para despertar as autoridades constituídas? *(Palmas.)* Pelo amor de Deus! Eu vejo as pessoas que trabalharam comigo há 20 anos, quando muita gente aqui da Mesa não era nem nascida ainda. Tivemos muitos abnegados aqui. Cadê as políticas públicas direcionadas para essas crianças e esses adolescentes, de apoio sociofamiliar? Cadê? *(Palmas.)*

Nós estamos numa Casa, o lugar mais apropriado para a CPI se reunir. Não tem lugar mais apropriado: a Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas. E hoje eu me sinto mais tranquilo ainda porque nós temos duas pessoas a lutar agora pelo Estado do Amazonas, duas Deputadas que vieram do Rio, do meu velho Rio de Janeiro, que eu adoro também. Agora, com a Deputada Erika e com a Deputada Rebecca acabaram-se os problemas. Vamos fazer os programas, vamos cobrar das Deputadas, agora, as políticas públicas. As mesmas pessoas que lutaram há 20 anos para melhorar essa situação estão aqui, estão todas aqui a esperar a solução dos poderes.

Então, eu espero que esta CPI, como as que virão, também se preocupe com as políticas públicas, ajude as pessoas que querem o bem das nossas crianças e adolescentes.

Muito obrigado. *(Palmas.)*

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Obrigada.

O SR. RAFAEL DE ARAÚJO ROMANO - Peço permissão à Mesa para...

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Sinta-se à vontade.

Chamo para compor a Mesa também o Sr. Renato Souto. *(Palmas.)*

Renato Souto é Conselheiro do Movimento Nacional dos Direitos Humanos e tem acompanhado esta CPI, desde o primeiro momento em que nós estivemos aqui.

Quando nós viemos pela primeira vez ao Município de Coari, nós fomos recebidos com muita hostilidade numa manifestação que, tudo indica, organizada pela própria Prefeitura. E nós fomos à Ministra, nós fizemos uma representação ao Ministério Público, a vários órgãos competentes, porque isso é crime. Dentre outros crimes, isso é um crime.



Legislação da década de 50 diz que é crime tentar obstacularizar os trabalhos de uma CPI. Ali era nitidamente crime. Nós vimos pessoas ligadas ao Prefeito com cartazes “*Fora CPI*”, carros da Prefeitura, distribuição de alimentos, de água para os manifestantes, e a denúncia de que ponto facultativo havia sido decretado para que as pessoas pudessem ir, os comissionados do Município pudessem estar naquela manifestação. A Prefeitura Municipal é um dos maiores empregadores do Município. Então, o Município tem uma dependência muito grande dos cargos da Prefeitura.

E nós fomos à Ministra de Direitos Humanos, Maria do Rosário, que se comprometeu com três aspectos. O primeiro deles seria estender os programas de proteção, a rede de proteção, particularmente o PAIR, para o Município de Coari, o que até agora não foi implementado, porque há resistência do próprio Prefeito. Ou seja, havia um acordo, um convênio, uma negociação com o Estado do Amazonas, em que o Município de Coari não estava incluído. Com a nossa ida à Ministra, decidiu-se incluir. Mas quem faz a contratação e o convênio é o Município, e o Município resistiu a fazer um programa de políticas públicas para impedir a exploração sexual.

O segundo compromisso foi acelerar o processo de inclusão de algumas pessoas no Programa de Proteção a vítimas e testemunhas, especificamente o PPCAAM, que envolve crianças e adolescentes. De fato, tem pessoas que estão incluídas no programa.

O terceiro foi que nós solicitamos uma pauta ao Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, que aconteceu no começo de dezembro, onde relatamos o que aconteceu no caso de Coari. O CONANDA decidiu formar uma força-tarefa e está organizando conosco esta diligência a Coari, a partir daquela discussão, daquela construção. Eu estou relatando que os compromissos da Secretaria de Direitos Humanos foram cumpridos.

Para além disso, nós solicitamos o afastamento preventivo... Solicitamos algumas coisas ao Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana. Tivemos uma reunião com o Corregedor do CNJ, para que houvesse uma explicação sobre a morosidade dos processos aqui. E o CNJ também solicitou o deslocamento de competência — a CPI solicitou deslocamento de competência, a federalização dos casos. Por mais que se acredite na Justiça, e todos nós acreditamos, há uma



morosidade no Poder Judiciário que não se justifica e que alimenta a impunidade. O CNJ também solicitou o deslocamento de competência.

Eu conto esta história e faço aqui esta prestação de contas às pessoas do Município de Manaus porque tenho muita alegria de dizer que esta diligência que nós estamos fazendo aqui no dia de hoje foi construída conjuntamente com o CONANDA, o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente. Por isso, eu me sinto muito feliz de chamar para fazer uso da palavra a Presidenta do CONANDA, Miriam Maria José dos Santos, que é uma das maiores defensoras dos direitos de crianças e adolescentes deste País. Com a palavra, Miriam. (*Palmas.*)

A SRA. MIRIAM MARIA JOSÉ DOS SANTOS - Obrigada, Deputada Erika. Eu fico até emocionada de ouvir essas palavras de carinho, mas também é grande a responsabilidade de estar à frente deste colegiado que é o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Eu queria agradecer por mais uma vez estar aqui com vocês, no Estado do Amazonas. Nós estivemos juntos em dezembro, quando a Deputada Erika esteve com a gente numa assembleia do CONANDA e solicitou a nossa presença aqui, na diligência ao Município de Coari. Eu queria, então, cumprimentar toda a Mesa; cumprimentar os meus colegas Conselheiros dos Direitos da Criança e do Adolescente aqui presentes — a Késia, que é Conselheira Nacional da Criança e do Adolescente; os meus colegas Conselheiros Estaduais do Amazonas; Conselheiros Municipais de Manaus e de outros Municípios aqui presentes —; Conselheiros Tutelares, toda a rede de atendimento, a minha colega de sociedade civil Lucimar, também na batalha. Meus cumprimentos a todos aqui.

Queria aproveitar que a Deputada Erika Kokay invocou aqui o nosso Estado Democrático de Direito, que foi coroado com a Constituição Federal de 1988, e lembrar que a gente tem na Constituição Federal, que é a nossa Constituição democrática, um artigo específico, um artigo que revolucionou o direito da criança e do adolescente neste País. Então, eu queria aqui ler este artigo para vocês, para a gente poder relembrá-lo. Eu sempre falo que quem milita na área da infância e adolescência tem que se lembrar o tempo todo deste artigo, que é uma marca, é um verdadeiro poema dos direitos humanos de crianças e adolescentes, que diz:



“Art. 227. É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.”

E o Estatuto da Criança e do Adolescente ainda estabelece que crianças e adolescentes são seres em desenvolvimento e, por serem seres em desenvolvimento, eles têm que ser protegidos. Protegidos por quem? Protegidos pela família, pela sociedade e pelo Estado. Mas o que a gente viveu no dia de hoje no Município de Coari foi um total desrespeito por parte de um representante do poder público, de alguém que foi eleito para cuidar, de alguém que foi eleito para cumprir a prioridade absoluta dos direitos da criança e do adolescente — então, uma violação daquele que seria o detentor do direito estabelecido pela população de Coari para que se cuidasse das suas crianças e dos seus adolescentes . E isso é gravíssimo.

E eu digo mais: cada um de nós que faz parte do Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente tem uma responsabilidade na proteção integral de crianças e adolescentes. Se um dos atores do Sistema de Garantia de Direitos falha, quem sofre é quem está na ponta: quem sofre são as crianças, são os adolescentes. Por isso, a gente tem que trabalhar em conjunto para cumprimento dessa prioridade absoluta, alguns com mais responsabilidade, porque têm mais poder; alguns com mais responsabilidade, porque têm mais recursos, que é o caso do Estado.

A família tem o seu papel importante, o papel no cuidado e na proteção de suas crianças e dos seus adolescentes. A sociedade, que somos todos nós, também temos o nosso papel de proteção da criança e do adolescente, mas o Estado tem a obrigação de fortalecer a família e de fortalecer a sociedade através das políticas públicas de educação, de saúde, de alimentação, de profissionalização. Por quê? Porque ele tem o poder, ele tem o recurso. Então, ele precisa colocar esse poder e



esse recurso a serviço da população, a serviço das crianças, a serviço dos adolescentes.

E isso a gente tem que cobrar o tempo todo, porque a população do Amazonas, gente, a cada ano que passa está tendo mais coragem de denunciar. Nos últimos 3 anos — 2011, 2012 e 2013 —, segundo dados da Secretaria de Direitos Humanos, pelo Disque 100 foram registrados quase mil denúncias, durante cada um desses anos, de casos de violência, de exploração e de pornografia. Então, é uma população que está tendo coragem para poder denunciar.

A gente precisa responder rapidamente, como foi dito aqui. Os atores do Sistema de Garantia têm que responder rapidamente a essas denúncias, senão as pessoas desistem. Elas vão dizer isto mesmo: *“Puxa vida, eu denunciei. E o que aconteceu? As pessoas continuam aí, violando os direitos da criança, do adolescente”*.

Queria trazer um pouco para vocês sobre o que o CONANDA — Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente — tem feito especificamente nesta área do enfrentamento à violência sexual contra crianças e adolescentes.

Em 2012, a gente aprovou a revisão do Plano Nacional de Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes, o plano nacional que define as ações e as responsabilidades dos vários atores do Sistema de Garantia dos Direitos. Então, os Estados e os Municípios também precisam aprovar os seus planos municipais e os seus planos estaduais de enfrentamento à violência sexual.

O CONANDA tem financiado, através do Fundo da Infância e Adolescência nacional, a formação de conselheiros tutelares e de conselheiros de direitos da rede de atendimento, através da Escola de Conselhos. Então, aí tem recursos do CONANDA também. O CONANDA tem financiado o PAIR, um programa específico em relação ao atendimento às vítimas de violência sexual, e o próprio Comitê Nacional de Enfrentamento à Violência Sexual. E o CONANDA já financiou também o Disque 100 e o PPCAAM.

Então, são ações com as quais o CONANDA tem trabalhado para minimizar... Não é para solucionar, porque a solução vem de toda a sociedade, vem de todo o Estado e não apenas do Conselho. Então, essas são ações que o CONANDA tem



executado para minimizar e enfrentar a violência sexual contra crianças e adolescentes.

Por fim, gente, para terminar, eu quero me somar ao Deputado e fazer um apelo pelo que a gente tem de mais precioso, que é o dom da vida. As crianças e adolescentes que são vítimas de violência sexual perdem a sua infância, perdem a sua adolescência. Então, elas perdem um pedaço da sua vida com a violência sexual, um pedaço que nunca mais é recuperado, porque, pelo resto da vida, elas vão ter essa marca constante na sua vida. Mas existem também aquelas pessoas que estão tendo coragem de denunciar.

E a gente ouviu, hoje, o pedido para que a gente possa constituir uma rede que proteja essas pessoas que estão tendo coragem de fazer a denúncia no Município de Coari. A gente sabe que essa é uma realidade do Brasil inteiro; não é só de Coari. Em Coari, apareceu. Isso acontece em outros Municípios do Brasil e muitas vezes não aparece, mas lá apareceu. Então, essa tem que ser uma experiência que leve as pessoas... Essas pessoas devem ser punidas, têm que ser punidas para que seja uma experiência de boa prática neste País, para que outras pessoas não incorram no mesmo desvio ao direito da criança e do adolescente.

Mas as pessoas que estavam lá estavam apelando pela vida delas, que é o dom mais precioso que a gente tem. E como a gente sabe que as ações de proteção humana demoram mais do que as ações divinas, a gente precisa constituir uma rede local que proteja quem está denunciando, porque se tiverem uma proteção dos seus vizinhos e da sua comunidade, com toda certeza não vão sofrer ameaças. Então, a gente precisa fomentar toda a população de Coari a aderir à proteção daquelas pessoas que estão tendo coragem de fazer as denúncias.

E mais, gente: cuidar das crianças e cuidar dos adolescentes, porque me marcou, em tudo, hoje, Deputada Erika, aquela visita que a gente fez à casa de um dos denunciantes, em que a enteada dele nos recebeu. O olhar da menina, uma adolescente de 13 anos de idade, tinha medo — a perplexidade da menina diante de todo o sofrimento que aquela família estava passando. Então, a gente precisa também de cuidar das crianças e dos adolescentes que estão dentro da casa dos denunciantes; que não sofreram abuso sexual, mas que estão sendo vítimas de violência psicológica e de violência que a própria família está sofrendo. Então, a



gente precisa também pensar em como criar essa rede de proteção dentro do próprio Município de Coari.

Muito obrigada, gente. Um abraço para todos. Se precisarem do CONANDA, e garanto que o Conselho Estadual também, posso falar em nome do Conselho Estadual e dos Conselhos Municipais, nós estamos à disposição de todos vocês, tá?

Muito obrigada. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Obrigada, Miriam.

Passo a palavra agora para a Sra. Leda Mara Albuquerque, que é Promotora de Justiça e aqui representa o Ministério Público do Estado do Amazonas.

A SRA. LEDA MARA NASCIMENTO ALBUQUERQUE - Deputada Erika Kokay, em nome de quem eu cumprimento a todos da Mesa, eu quero iniciar me valendo da unidade e da indivisibilidade do Ministério Público para falar aqui do trabalho que vem sendo levado a efeito pelo Ministério Público Federal, juntamente com o Ministério Público Estadual, no sentido de combater a pedofilia, precisamente aqui e particularmente no Estado do Amazonas.

Eu faço parte do Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado, que é um corpo integrante do Ministério Público Estadual. E, por trabalhar nesse grupo, foi-me delegada a investigação dessas denúncias relativas ao Município de Coari. E eu quero dizer que o mesmo sentimento que as Deputadas trouxeram da visita que fizeram ao Município foi também o meu sentimento durante todo esse processo de investigação.

Eu sou mãe, sou Promotora de Justiça, sou cidadã e, como tal, eu não poderia deixar de me indignar, de me sensibilizar com tudo aquilo que eu ouvi durante o processo investigatório. E quero lhe dizer, Deputado Luiz Castro, que nós não vamos arredar um milímetro sequer do trabalho que estamos desenvolvendo no sentido de combater a pedofilia aqui no Estado do Amazonas. (*Palmas.*)

O Ministério Público ingressou ontem com uma representação requerendo a intervenção no Município de Coari por conta da continuidade dos desmandos que vêm sendo promovidos pelo grupo do réu, o Ex-Prefeito Adail Pinheiro. E quero dizer que a nossa intenção é continuar implementando ações no sentido de coibir essa prática.



Deputada, o caso de Coari é a ponta do *iceberg*. Muitos Municípios ainda precisam passar por esse processo de investigação, no que toca à questão da pedofilia. Eu fui promotora, por 9 anos, do Município de Parintins, e lá nós desenvolvemos um trabalho no sentido também de combater a pedofilia e conseguimos, felizmente, responsabilizar penalmente muitas pessoas que levavam a efeito essa prática criminosa. Parintins, São Gabriel da Cachoeira, Manacapuru, muitos Municípios, lamentavelmente, muitos deles, inclusive Manaus, convivem com esta realidade em que pessoas poderosas, que se julgam poderosas, inclusive autoridades, agem livremente e, paralelamente, desenvolvem essa prática.

Então, nós temos realmente que unir forças no sentido de combater isso. Eu não tenho dúvida, Deputada, de que só o Ministério Público e só o Judiciário não conseguem combater a pedofilia no Estado, como eu tenho certeza de que vocês também concordam que a saída não é só política. Tem de haver uma união de esforços no sentido de colocar no xadrez, de colocar na cadeia essas pessoas que atentam contra o Estado Democrático de Direito, que atentam contra a ingenuidade das nossas crianças.

Uma das coisas que me chamou muito a atenção durante o processo investigatório foi o depoimento de uma menina que me disse que, depois que foi vítima de abuso sexual, não se sentia mais à vontade para se sentar com outras crianças de 9 anos — ao tempo do crime, ela tinha 9 anos de idade — porque sua inocência havia sido roubada. Então, isso é algo que deve indignar toda a sociedade.

Nós temos que realmente reunir forças em todas as instituições. Eu quero dizer que, se existe impunidade neste Estado, ela não é sistêmica, porque neste País e nas nossas instituições ainda existe muita gente séria, com vontade de promover a justiça, com espírito republicano, com vontade realmente de colocar no xadrez as pessoas que praticam não só esses crimes, como outros crimes bárbaros que são praticados contra as nossas crianças e contra os nossos adolescentes. Então, nós temos, sim, que unir forças. Acho que a CPI da Assembleia cumpre um papel fundamental inclusive no sentido de identificar algumas políticas públicas que precisam ser desenvolvidas aqui, tendentes a ajudar nesse trabalho.



Uma das coisas que me indignou muito durante esse processo investigatório, e até me deixou em uma condição de impotência, foi não poder ajudar as vítimas deste caso de Coari, todas elas se sentindo extremamente abandonadas, sem terem onde buscar abrigo, porque lamentavelmente as famílias, muitas vezes, corroboram com essa prática. Eu ouvi situações aqui em que algumas mães levavam as filhas até o agressor. Então, nós precisamos contar com o abrigo no Município de Manaus, no Estado do Amazonas, e sobretudo nesses Municípios onde essa prática é mais recorrente, para que essas meninas possam se sentir seguras, possam se sentir realmente protegidas pelo Estado.

E não só isso. Acho que precisamos também implantar aqui o PPCAAM, o Programa de Proteção a Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte. Nós precisamos ter o PPCAAM estadual para as nossas crianças. Nós temos vítimas deste caso de Coari que estão sob a proteção do PPCAAM. Mas foi preciso a Coordenadora Nacional vir a Manaus para promover todo esse processo de proteção a essa menina, quando nós poderíamos aqui, no nosso Estado, contar com essa estrutura. Então, eu penso que a CPI pode cumprir um pouco este papel de identificar essas políticas.

O Ministério Público se coloca à disposição. A saída, como eu disse, não é puramente jurídica, como não é também só política. Todas essas forças precisam ser somadas para que a gente possa realmente sonhar com um Estado do Amazonas melhor, mais justo, mais igual, mais isonômico.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Obrigada.

Gostaria de agradecer e anunciar a presença da Vereadora Socorro Sampaio. É um prazer tê-la aqui. (*Palmas.*)

Passo a palavra para a Procuradora-Chefe da Procuradoria Regional do Trabalho da 11^o Região, a Dra. Alzira Melo Costa, que esteve conosco durante todo o dia no Município de Coari.

A SRA. ALZIRA MELO COSTA - Boa noite, senhoras e senhores. Gostaria de cumprimentar a Mesa, na pessoa da Deputada Federal Erika Kokay, com quem tive o prazer de participar... Falo prazer, em que pese ser algo triste, mas o prazer de participar dessa diligência no Município de Coari. E por que estou falando em



prazer? Porque vi a capacidade que o Estado brasileiro possui de articular várias organizações, instituições governamentais e não governamentais na defesa dos direitos da criança e do adolescente do Estado do Amazonas. Queria cumprimentar as autoridades da plateia, nas pessoas dos meus colegas Rafael e Edmilson, Procuradores da República que aqui se encontram.

Enquanto eu escutava a fala das demais autoridades pensava que muitos podem estar se perguntando o que o Ministério Público do Trabalho tem a ver com a questão da exploração sexual de crianças e adolescentes. E gostaria de deixar o registro que exploração sexual de crianças e adolescentes é crime, sim, mas é também uma situação de trabalho. É uma situação de trabalho reconhecida pela OIT, na Convenção 192, classificada como uma das piores formas de trabalho por aviltar, roubar, privar as nossas crianças e adolescentes de terem uma infância plena, de terem liberdade sexual.

Gostaria também de fazer só um contraponto a muitas notícias que li na imprensa local que falam que Coari tem um esquema de prostituição de crianças e adolescentes. Toda vez que leio isso não posso deixar de me indignar e de lembrar: crianças não se prostituem, crianças são prostituídas. São prostituídas pela pobreza, são prostituídas por seus pais, são prostituídas por toda a sociedade, quando depositamos todas as esperanças de um futuro melhor nas mãos do Ministério Público.

E aqui me coloco não enquanto membro do Ministério Público, mas enquanto cidadão: a responsabilidade por nossas crianças é de todos nós, adultos, cidadãos, e não apenas do Ministério Público. E falo aqui em nome do Ministério Público do Brasil, representando o Ministério Público Estadual, o Ministério Público do Trabalho e o Ministério Público Federal: a responsabilidade é de todos nós.

Quando estamos presentes em uma Mesa destas, o que a gente escuta são muitas palavras: fala-se, fala-se, fala-se, fala-se, fala-se muito. Faz-se pouco! É preciso que a gente consiga não a criação de novas políticas públicas — existem muitas —; não a criação de novas instituições ou organismos para a defesa dos direitos de crianças e adolescentes. O que precisamos é de uma articulação para uma atuação integral e integrada para que consigamos garantir os direitos dessas



crianças e adolescentes — direito à saúde, direito à moradia, direito à educação, ao lazer.

A exploração sexual de crianças e adolescentes tem como grande marco a situação de vulnerabilidade: vulnerabilidade econômica, vulnerabilidade social. Só conseguiremos proteger os nossos curumins e as nossas cunhantãs quando conseguirmos efetivamente garantir direitos mínimos para essas crianças.

E aqui, Deputadas, eu quero falar não só das crianças de Coari, não. Como foi lembrado pela minha par, Dra. Leda, temos essa situação de exploração sexual em outros Municípios, envolvendo indígenas ou simplesmente outras crianças ribeirinhas. E aqui quero citar os Municípios de São Gabriel da Cachoeira, Santa Isabel, Envira, Tefé, Maués, Barcelos, Iranduba, Manacapuru. Em todos esses Municípios recebemos denúncias de exploração sexual ou de abusos sexuais.

É importante que a CPI, que tem um requerimento aqui na Assembleia Legislativa do Estado, não volte o seu olhar só para Coari, até porque já é uma questão sobre a qual realmente há um processo judicial, já se encontra judicializada; é preciso voltar o seu olhar para aquelas outras situações em que até agora não houve uma solução. E muitas vezes não é por falta de vontade do Ministério Público.

Gostaria de encerrar a minha fala conclamando todos a fazerem mais. Façamos mais por nossas crianças!

Obrigada. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Queria agradecer à Dra. Alzira. Anuncio e agradeço também a presença da Exma. Sra. Maria das Graças Soares Prola, Secretária-Executiva de Assistência Social e Cidadania, de quem já tivemos a oportunidade de conhecer a capacidade, através da sua fala em outra ocasião.

Vou passar a palavra agora ao Marcelo Nascimento, Coordenador-Geral da Política de Fortalecimento de Conselhos, que aqui representa a Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República.

O SR. MARCELO NASCIMENTO - Quero aqui cumprimentar a Mesa, na pessoa da Deputada Erika Kokay, e, assim, que os demais sintam-se cumprimentados. Quero cumprimentar a plateia, na pessoa da Sílvia Carla,



Presidente da Associação de Conselheiros e ex-Conselheiros Tutelares do Estado do Amazonas.

Eu venho aqui reafirmar, Deputada Erika Kokay, os compromissos que a Ministra Maria do Rosário já firmou com a CPI. E ela vem a cada dia colocando toda a equipe da SDH a serviço de Coari, do Amazonas. Todos os nossos programas de proteção estão sob atenção: assim que surge nova vítima e que esteja ameaçada, nossa equipe já está pronta para entrar em campo. Nós temos técnicos de Brasília aqui no Amazonas, já de plantão. Então, assim que surgirem novos indícios, novas pessoas sejam ameaçadas, a Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República já está pronta para entrar em campo.

A Deputada falou do PAIR. Nós já estamos com o PAIR, Deputada, em estágio avançado, conveniado com a Secretaria de Assistência do Estado. Nós fizemos agora um aditivo para incluir Coari. Então, nos próximos dias, nós passaremos a atender o Município de Coari com o PAIR. O PAIR constitui-se na articulação da rede no diagnóstico, no plano de ações, na capacitação dos atores e nas campanhas. Quando falo de campanha, eu já quero pegar um gancho para a nossa campanha nacional — está ali um *banner*: “*Não desvie o olhar, fique atento, denuncie. Proteja as nossas crianças.*”

Essa é uma mensagem que nós estamos fortalecendo agora no carnaval. É uma campanha permanente do Governo Federal. Ela agora é temática do carnaval. Passado o carnaval, nós nos voltaremos para a Copa do Mundo, e assim sucessivamente, para dizer para a sociedade que nós temos no Brasil um mecanismo de denúncia seguro que funciona 24 horas por dia, sete dias por semana. Pode ligar do telefone, pode lidar do orelhão, do celular, de qualquer forma a denúncia chega imediatamente. Ela é distribuída para a rede de proteção, para a rede de justiça, para as forças policiais. Nós queremos dar um basta a todas as violações de direitos humanos de crianças e adolescentes.

Nós falamos que crianças e adolescentes são prioridades absolutas, mas nós precisamos que toda a sociedade se envolva nessa prioridade absoluta. Para isso também precisamos dialogar com as nossas crianças e adolescentes. Que elas também possam se autoprotoger; que elas conheçam o Disque 100; que elas passem também a denunciar; assim nós vamos de fato chegar ao cerne do



problema, que é combater todas as violações de direitos humanos de crianças e adolescentes.

Nós estamos também, aqui no Estado do Amazonas, fortalecendo os Conselhos Tutelares. Nós temos uma ação de equipagem dos Conselhos Tutelares, em que estamos repassando, por doação, aos Conselhos Tutelares um veículo, cinco computadores, uma impressora multifuncional, um bebedouro e um refrigerador.

Outra ação de fortalecimento que a Miriam, com toda autoridade, já citou é a escola de Conselhos. Nós temos escola de Conselhos implantada e funcionando aqui no Estado do Amazonas. A nossa parceira é a Universidade Federal. Nós já vamos imediatamente, amanhã, combinar uma ação da escola no Município de Coari para fortalecer ali os dois Conselhos Tutelares, aqueles dois colegiados que estão totalmente fragilizados e expostos a essa situação que nós encontramos hoje.

Então, nós já vamos levar a escola de Conselhos para Coari, para que os Conselhos Tutelares possam ser fortalecidos. Junto com essa ação, em conjunto com a CPI, nós também vamos analisar toda a situação ali exposta pelos Conselheiros Tutelares e ter uma intervenção rápida para fortalecer aquele colegiado responsável por zelar pelos direitos humanos de crianças e adolescentes naquele Estado.

A Dra. Leda disse do PPCAAM. Nós ainda não temos, Dra. Leda, o PPCAAM implantado aqui no Estado do Amazonas, mas a Coordenação Nacional está totalmente pronta, Todas as vezes em que surge um novo caso, a nossa Coordenação Nacional tem assumido e tem colocado as crianças e adolescentes nesse Programa de Proteção a Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte.

Para encerrar, eu quero dizer que a nossa Secretária Nacional, Angélica Goulart, e a nossa Ministra têm acompanhado todas as ações de Coari. Então, toda a Secretaria de Direitos Humanos está de prontidão para entrar em campo, fortalecer a rede e ajudar a zelar por direitos humanos de crianças e adolescentes.

Ao finalizar, quero apresentar o vídeo da campanha, de 30 segundos, e dizer para todos: Disque 100. Vamos proteger nossas crianças.

(Exibição de vídeo.)



O SR. MARCELO NASCIMENTO - Muito obrigado. Boa noite a todos.
(*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Obrigada, Marcelo.

Passo a palavra à Coordenadora do Comitê Estadual de Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes do Amazonas, Sra. Lucimar de Souza Weil, que esteve conosco também na diligência ao Município de Coari.

A SRA. LUCIMAR DE SOUZA WEIL - Boa noite a todos e todas.

Primeiramente, eu gostaria de fazer os meus cumprimentos à Mesa na pessoa da Deputada Federal Erika Kokay. Também gostaria de cumprimentar todos os demais Deputados e Deputadas: Deputada Liliam Sá, Deputada Estadual Conceição Sampaio, Deputada Federal Rebecca Garcia, Deputado José Ricardo, em especial o Deputado Luiz Castro, que, com a sua coragem, está nos dando todo o apoio aqui no Estado do Amazonas, cumprindo o seu papel. (*Palmas.*) Em respeito aos demais Deputados, gostaria de fazer essa ressalva. Na verdade, o Deputado tem colocado a sua cara e tem enfrentado as ameaças que estão aí postas. Gostaria de colocar: conte com o apoio da sociedade civil para, juntos, na verdade, não apenas combater, mas também para contribuir com o cumprimento da justiça no nosso Estado.

Eu não gostaria de ser repetitiva, mas também gostaria de fazer uma saudação às autoridades aqui da plateia, em nome da nossa Presidenta do Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente, companheira Perina de Fátima, que também representa a sociedade civil no Conselho Estadual.
(*Palmas.*)

Gostaria, inclusive, de agradecer por esta oportunidade, porque nós, enquanto representantes do Comitê Estadual de Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes — também fazemos parte do Comitê Nacional, representando a Região Norte —, temos satisfação muito grande no sentido de estar contribuindo também com a discussão nesse processo.

Na verdade, nós somos uma composição de representações. O Comitê é um Comitê misto aqui no Estado, representando organizações governamentais e não governamentais. Temos uma articulação bastante forte. Também temos dificuldades, claro, mas temos essa articulação forte, com ampla representação



aqui, inclusive de entidades nacionais, como a ECPAT Brasil. Nós temos aqui a companheira Amanda, que é do ECPAT Amazonas, do IACAS. (*Palmas.*)

Temos também a representação da ANCED, o CEDECA Pé na Taba, de que fazemos parte. Nós temos o Fórum PETI, na pessoa da Dra. Alzira, do MPT. Temos também uma série de outras organizações, como a companheira Ana Mitouso, do CREAS; a Dra. Linda Gláucia — gostaria de acentuar aqui —, da Delegacia de Proteção à Infância. E outros atores sociais que têm contribuído, como a nossa Secretária Municipal de Assistência Social e Direitos Humanos, Sra. Goreth; a nossa companheira Graça Prola; a nossa companheira Ana Zélia, do SAVVIS, que faz um trabalho muito bonito também.

Eu gostaria de fazer essa referência porque são pessoas que têm um trabalho relevante e têm contribuído — e muito — nesse processo de enfrentamento, que é um desafio que temos aqui no nosso Estado.

Eu só gostaria de trazer algumas reflexões. Na verdade, abateu-me muito nós estarmos em Coari. Nós estivemos em Coari fazendo um trabalho, Deputada Erika Kokay, em 2010 e em 2011, onde nós iniciamos um processo de mobilização e articulação para o fortalecimento da rede estadual de enfrentamento. Lá iniciamos, de forma embrionária, um processo de articulação para a criação do Comitê Estadual local e também a elaboração de um plano local de enfrentamento.

Fizemos um trabalho em parceria, na época, com o Conselho Municipal de Direitos, Conselhos Tutelares, envolvendo o protagonismo juvenil, que nós consideramos um eixo estratégico para o fortalecimento dessa rede, se nós contarmos com a mobilização também e o protagonismo dos adolescentes e jovens. Fizemos um trabalho concreto, com ampla participação da sociedade civil e também do Governo. Na época, a Prefeitura estava com outro Prefeito, era o Mitouso, não era esse atual. Evidentemente, já existia toda aquela sensação de medo, etc.

Hoje nos comovemos muito com algumas falas. Eu gostaria só de citar quando a pessoa diz: *“A gente tem filhos, a gente tem família, a gente chora não é por medo, a gente chora de revolta.”* Existe um sentimento de revolta, existe um sentimento de indignação.

Quando nós chegamos a Coari, nós vimos aquele olhar, as pessoas pedindo ajuda, mas com medo de falar: *“Que bom que vocês estão aqui. A gente não está*



vivendo, a gente está se escondendo. A gente não chora por medo, a gente chora por revolta”.

Por fim, antes de nós irmos, eu ouvi a voz do Seu Francisco, que disse assim: *“A gente não acreditava que tinha mais jeito para essa situação, mas agora nós temos certeza de que a justiça existe. Nós ainda acreditamos na justiça”.*

Deputada, eu gostaria de transmitir que foram palavras das pessoas simples da nossa terra, do nosso Município, que vivem com dificuldade, de forma isolada, que, apesar disso, nos mostraram coragem, porque a muitos nós perguntamos: *“Vocês não querem proteção?”.* Eles diziam: *“Não, nós queremos ficar aqui no nosso Município. A nossa família está aqui. Nós queremos proteção, mas aqui”.* Essa proteção vai se dar também quando nós cassarmos esse Prefeito e fizermos a intervenção no Município de Coari, porque é disso que nós precisamos. *(Palmas.)* Nós botamos fé que, a partir do resultado desta audiência pública, a senhora leve esse debate para a Câmara Federal e, evidentemente, a gente possa obter resposta.

Eu gostaria de conclamar, trazendo aqui as palavras do que as pessoas querem na verdade: a intervenção no Município de Coari, a cassação do Seu Adail Pinheiro, a implantação imediata da CPI da Pedofilia nesta Casa e o fim da impunidade. É isso que nós queremos.

Muito obrigada. *(Palmas.)*

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Quero agradecer à Lucimar e passar a palavra para a Secretária Municipal de Assistência Social e Direitos Humanos, Maria Goreth Garcia do Carmo Ribeiro.

A SRA. MARIA GORETH GARCIA DO CARMO RIBEIRO - Boa noite a todos.

Quero cumprimentar a Deputada Erika Kokay, em nome de quem eu cumprimento toda a Mesa, e agradecer pela oportunidade de estar aqui, de fazer parte deste momento tristemente especial. É triste a gente ter de olhar todas essas histórias, de saber quanto as nossas crianças foram, são, estão sendo vitimadas. A gente não precisa ir a Coari. Elas estão aqui, bem perto de nós.

Mas que bom que a CPI da Câmara dos Deputados vem aqui, chacoalha-nos, sacode-nos e mostra para o País. Aí somos obrigados a olhar com mais rapidez. As



respostas rápidas — disse alguém aqui na mesa — são a melhor forma de encorajar as denúncias, e é isso que nós precisamos fazer.

Também ouvi alguém falando que nós precisamos agir rápido. Nós temos feito um esforço, e tudo tem sido ainda muito pouco. A articulação tem sido buscada todos os dias. A Dra. Maria das Graças Prola, a Dra. Zélia, a delegada Linda Gláucia, Gecilda Albano, servidora da SEMASDH, guerreira nessa luta, a Vera, enfim, todos esses entes estão se unindo.

Eu queria falar especialmente desse trabalho. A gente tem que ganhar ainda mais fôlego, porque, com o comitê local PROCOPA, que a gente tem articulado com muita firmeza, vamos ter, sim, uma bela campanha já no carnaval, preparando para ter na Copa um movimento ainda mais forte e, se Deus quiser, avassalador, para ganhar as casas, os corações das pessoas, os olhares de todo mundo, porque assim cada um de nós, e não apenas o Estado, tem um papel fundamental para que as nossas crianças e os nossos adolescentes não sejam vitimizados, não tenham suas vidas cortadas, ceifadas, sua infância roubada, seus sonhos dissipados no ar, dissipados através desse crime nojento, hediondo, que é a violação dos seus direitos, o direito de sonhar, de brincar, o direito de ser feliz, o direito de ir à escola, o direito de falar.

Há alguns dias, visitei uma criança na Casa Mamãe Margarida, que vinha precisamente do Município de Manicoré. Ela tinha 12 anos e ganhou um bebê, mas estava muda, não queria conversar e fugia de um abraço, de um olhar, de um toque. Ela tinha medo, insegurança e havia perdido a voz, inclusive. Era uma criança que tinha gerado outra criança, depois de um ato tresloucado, hediondo mesmo, de alguém que não pode ser chamado de humano, é um monstro. A gente tem de dar segurança, para que as nossas crianças e adolescentes possam denunciar, para que esses pais possam continuar denunciando. Temos de buscar as melhores formas para que isso ocorra.

Está aqui o CONANDA, estão aqui os melhores caminhos, temos aqui várias autoridades. Dizia o Dr. Marcelo Nascimento que temos já disponível em Manaus — Gecilda, vamos buscar esses caminhos — um técnico da Secretaria Nacional de Direitos Humanos. Vamos buscar os recursos de que nós dispomos, para que nós possamos dar as respostas rápidas e dar segurança a essas pessoas, a essas



famílias, crianças, pais, vizinhos. Eu sempre digo que cada um de nós, se não tem em casa, se tem na casa do vizinho, por favor, procure o Conselho Tutelar. Sinta-se seguro. Tem de estimular, sim, a empregada da sua casa, alguém que você conhece na mercearia. É preciso alertar, sim. É preciso olhar de frente, não desviar o olhar e proteger nossas crianças e adolescentes.

Eu queria agradecer a presença da CPI aqui, dizer que nós estamos muito felizes de ter vocês conosco e de poder também reforçar essa luta. Contem, sim, conosco, com todo esse grupo envolvido. Eu tenho muita crença no que nós poderemos fazer. Todos nós, juntos, vamos construir um mundo melhor para nossas crianças e adolescentes.

Muito obrigada a todos. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Obrigada, Secretária.

Passo a palavra ao Deputado Washigton Régis, Presidente da Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas.

O SR. DEPUTADO WASHINGTON RÉGIS - Deputada Erika Kokay, seja bem-vinda.

Quero, em seu nome e em nome das nossas duas grandes e atuantes Deputadas, nossa querida Conceição, que sempre nos traz muita alegria, e a Deputada Rebecca, estender os meus cumprimentos a toda a Mesa e a todos os presentes.

Infelizmente, o problema da exploração da criança e do adolescente é de Estado brasileiro, Deputada. Enumerarmos hoje 3, 4, 20 Municípios do Estado do Amazonas, infelizmente, não é a realidade. Acontece em todo o Estado do Amazonas. E mais, Deputada, infelizmente, para a nossa tristeza, acontece em todos os Estados brasileiros: se andamos pelo Nordeste, é triste; se chegamos ao Rio de Janeiro, é triste, Deputada.

Deputadas e todos aqui presentes, tenho proposto que as Comissões, como a que hoje presido, possam ter uma atuação todo dia, toda hora, porque infelizmente as CPIs têm prazo, mas o abuso das crianças e adolescentes não tem prazo neste País, não teve prazo até aqui e infelizmente não vejo com bons olhos um limite para acabarmos com isso.



Por isso, tanto a Assembleia do Amazonas, como a Câmara Federal, devem ter nas suas Comissões Permanentes constante vigília e um trabalho diário, porque é para isso que estamos aqui e temos que lutar para melhorar a vida dessas crianças e adolescentes que têm sido, sem dúvida alguma, vítimas no Brasil inteiro.

Peço licença, Deputada, porque estou em convalescença e preciso me retirar. Eu estou me recuperando de uma doença imune. Quero me colocar à disposição pelo período que estiver nesta Casa para poder ajudá-los.

Deputada, fui por 4 anos Prefeito do Município de Manacapuru e desafio quem vá a Manacapuru e pergunte se teve naquela cidade um período de tanto apoio para o Conselho Tutelar como foi dado nos meus 4 anos e para todos: o Judiciário e o Ministério Público. Eu provo o que fiz e pude realizar para melhorar a vida das crianças e dos adolescentes de Manacapuru.

Muito obrigado, Deputada. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Muito obrigada, Deputado Washington Régis. É um prazer tê-lo aqui. Agradecemos imensamente a V.Exa. a presença e o parabenizamos pelo trabalho desenvolvido.

Passo a palavra agora à Dra. Linda Gláucia, Delegada Titular da Delegacia de Proteção à Criança e ao Adolescente.

Eu vou pedir às pessoas que serão chamadas para que possam utilizar aquele microfone ou qualquer um dos dois que acharem melhor.

Passo a palavra então à Dra. Linda Gláucia, Delegada Titular da Delegacia de Proteção à Criança e ao Adolescente.

A SRA. LINDA GLÁUCIA DE MORAES - Boa noite a todos. Boa noite, Sra. Presidente, na pessoa de quem cumprimento toda a Mesa e todos que estão aqui presentes e também os que nos assistem pela *TV ALEAM*.

Eu sou Linda Gláucia, Delegada de Polícia, trabalho na Delegacia de Proteção, desenvolvendo um trabalho, uma missão árdua de proteger crianças e adolescentes há 8 anos. Então, eu posso falar do que vocês falam aqui, mas, na grande maioria das vezes, eu vivencio essa violência, eu participo dessa violência. Hoje vou trazer para vocês o trabalho que é desenvolvido pela delegacia de proteção e depois comentar alguns assuntos que foram abordados pela Mesa.



A Delegacia de Proteção visa à proteção integral dos direitos da criança e do adolescente nessa defesa e busca, através da Polícia Judiciária, colocar aquela pessoa que praticou o ilícito penal contra essa nossa vítima na cadeia. É isso que eu pretendo sempre. Portanto, o nosso trabalho é feito com muita responsabilidade, para que não deixe margem ao Judiciário de inocentar uma pessoa que porventura nós tenhamos indiciado.

Temos, na composição da Delegacia, a Delegada Titular, que sou eu, um Delegado Adjunto, quatro Delegadas plantonistas — a Delegacia funciona no sistema de plantão —, onze investigadores plantonistas e sete no expediente, escrivães e contamos com o apoio de psicólogos e assistentes sociais. Fazemos um trabalho multidisciplinar, porque a delegacia, diferentemente das outras, quando recebe essas crianças e adolescentes, não só faz o trabalho de Polícia Judiciária como também leva essa criança e esse adolescente para essa rede de proteção, onde ela é atendida pelos nossos psicólogos e nossas assistentes sociais, para assim tentar ultrapassar, tentar enfrentar essa violência e dela conseguir resgatar a sua dignidade, porque crianças e adolescentes vitimizados, com certeza, terão problemas mais tarde.

Então, nós começamos aqui o nosso trabalho. Eu trouxe a nossa estatística de 2012, só para uma comparação com 2013. Eu só trouxe os casos de violência sexual, que eram pertinentes à temática da nossa audiência. Nós tivemos 1.221 casos, sendo a faixa etária mais vulnerável adolescentes de 12 a 15 anos, com 507 casos.

Uma das coisas que me chamam muito a atenção é essa idade aqui de 0 a 6 anos. Hoje nós temos 252 casos. Vejam, algumas dessas crianças ainda não foram nem para a escola. Essa violência é dentro de casa. Nós falamos na exploração sexual, que geralmente se dá por terceiros, não impedindo que os próprios pais também as explorem, mas nós temos aqui os abusos sexuais. Esse número, pra mim, é alarmante.

Verificamos aqui que o vínculo que nós temos com a vítima são pais que violentaram crianças. Foram 96 pais em 2012. Temos mães, mas essas mães, na grande maioria, vão na coautoria, porque elas têm conhecimento da violência sexual, mas não denunciam, não se afastam dessa criança, desse lar. Por quê?



Porque a criança precisa, na maioria das vezes, da dependência econômica e emocional. Então, ela não denuncia e permite que essa criança ou esse adolescente conviva e permaneça nesse lar.

Temos 148 padrastos e madrastas. Temos também, no vínculo e no âmbito familiar, 197 casos — isso em 2012. Em 2013, a realidade é bem próxima. Nós temos um aumento nessas ocorrências. Verificamos, mais uma vez, entre as nossas crianças de 0 a 6 anos, 230 casos; e de 7 a 11 anos, 370 casos. São crianças que não sabem sequer o que está acontecendo com elas. Não entendem e não sabem nem por que está acontecendo tudo aquilo. Quando identificam e falam pra sua mãe sobre a violência sofrida, essa mãe não acredita.

O trabalho da delegacia é tentar fortalecer, fazer com que as pessoas acreditem que aquela violência aconteceu, porque esse tipo de violência não deixa testemunhas, infelizmente. Só existe a criança e aquele agressor. Só existe a palavrinha dela. Pra chegar na delegacia e para que o Poder Judiciário, o juiz condene, a gente tem que trabalhar.

Algumas vezes, as pessoas reclamam da demora do inquérito policial. Nos DIPs, os nossos Distritos Policiais, verificamos, por exemplo, a situação de um tráfico de drogas, que todo mundo vê, que há uma mudança no *status* de alguém, que há uma movimentação numa casa, temos testemunhas de que o fato acontece. Portanto, é mais fácil prender esse traficante a prender o pedófilo que está dentro de casa, porque ninguém vê o que está acontecendo. Isso está acontecendo lá na casinha dela, onde ninguém pode socorrê-la, se não for alguém da própria família. Então, nós temos esse índice, sim, alarmante e crescente. E quando me perguntam: *“Dra. Linda, estão aumentando essas denúncias?”* Eu digo: *“Estão.”* Mas elas estão, Deputado José Ricardo, em razão, eu acredito, da sensação de impunidade, que ela está diminuindo; está diminuindo, sim.

Apesar do que nós estamos vendo lá em Coari, estamos vendo nas operações, Estocolmo, que dá essa sensação de impunidade, mas quando as crianças denunciam que vão até a delegacia, é porque elas acreditam, através daquelas matérias que nós apresentamos na mídia local, que, sim, que tem um resultado; que, sim, que alguém está ali para defender os seus direitos e para protegê-las. E elas falam isso pra mim quando chegam à delegacia. Elas dizem: *“Eu*



achava que, se eu fosse à delegacia não ia acontecer nada, mas quando eu vi que aquele homem foi preso e que o meu padraсто fazia igual comigo, eu resolvi denunciar”.

Então, é por isso que nós utilizamos muito essa mídia local e fazemos a apresentação do nosso trabalho, que é para que nossas crianças que não têm ninguém para defendê-las dentro de casa tenham voz; tenham voz, seja na escola para denunciar se lá na casa dela a mãezinha dela não fez nada, que na escola vai ter um professor, vai ter um conselho tutelar, vai ter a delegacia próxima dela, em quem ela pode confiar.

Passando um pouquinho mais. A Delegacia de Proteção trabalha também na prevenção. Essa prevenção vem através de palestras que nós fazemos através do programa que nós temos na Polícia Civil, que é o Delegado Legal, através da nossa ADEPOL. Esse programa nos leva às escolas para fazermos palestras, palestras estas que reúnem vários temas, de combate ao *bullying*, de combate ao abuso sexual, de combate às drogas. A gente ensina a criança a como ela tem que se identificar e se defender, se porventura alguma coisa estiver acontecendo.

Fora as palestras, nós temos também algumas campanhas que nós fazemos. Fizemos a corrida Senador Bernardo Cabral, onde nós conseguimos arrecadar muitos alimentos — quase 4 toneladas de alimentos — e distribuimos para os nossos abrigos que naquele momento passavam por uma situação bem difícil. Aí estamos todos nós reunidos. E foi muito legal esse trabalho que nós desenvolvemos.

Temos também agora as nossas ações investigativas. Eu coloquei alguns casos que foram aqui muito recorrentes na nossa cidade — este aqui é o Marlon Brando. Só para destacar um pouquinho esse trabalho que é feito de investigação, investigação séria. Marlon Brando fez 14 vítimas, 14 vítimas entre crianças e adolescentes. Ele abordava essas crianças, na frente da escola, com uma conversa que infelizmente só criança para acreditar, não é? Ele justificava um telefonema que recebia dizendo que a mãe pedia para que ele levasse para casa essa criança, e ela entrava no carro. Quando ele passava o telefone para ela, ela dizia: *“Eu quero falar com minha mãe...”* que passava o telefone, não tinha mais ninguém na linha. Aí ele dizia: *“Caiu. Pois é, tua mãe quer que eu te leve”*. E a criança acreditava. É a nossa



inocência, inocência delas que a gente tem que respeitar. Infelizmente, ele fez 14 vítimas. Nós conseguimos prendê-lo numa operação que a Polícia Civil desencadeou na Zona Leste. Nós não tínhamos o dia que ele ia agir, mas nós sabíamos o horário que ele costumava agir, e nós fechamos a Zona Leste, todas as saídas da Zona Leste. Nós só tínhamos de identificação dele somente o carro dele, que era o Gol cara chata, que era assim que as crianças falavam. E nesse dia, com a proteção de Deus, que Deus está sempre no nosso comando e nos mostrando o caminho, fora a inteligência da Polícia Civil, nós conseguimos prender Marlon Brando, que passou por uma das nossas barreiras já com uma vítima dentro do carro. Tivemos perseguição e conseguimos prendê-lo.

Já me deram um minuto e eu achava que precisava mais. Vamos passar então os nossos *slides*, por favor. Eu vou passar aqui mais algumas operações que nós fizemos. O Célio tem 28 vítimas. Trabalhamos junto com a Roubos e Furtos. Ele sempre que roubava, após o roubo, ele estuprava. Pegava qualquer vítima na rua, estuprava. Inclusive uma criança de 11 anos, que a Dra. Zelia nos auxiliou com essa criança, porque ela teve problemas. Teve que fazer cirurgia, não é, Dra. Zelia? — que é a nossa parceira —, fazer cirurgia, mas nós conseguimos prendê-lo, numa ação conjunta da Polícia Civil, e a Secretaria de Segurança também participou.

Vamos adiante. Aqui, mais este, é o Pastor. O Pastor — pasmem! —, ele usava as servas do coral e dizia para elas que, se elas fizessem sexo oral com ele, a voz delas ia ficar mais bonita. Ia ficar mais bonita e elas poderiam, sim, continuar no coral, infelizmente. Nós conseguimos prendê-lo, nós conseguimos prender... ele estava realizando o culto. Vocês me perdoem; não tenho nada contra a religião de ninguém, mas ele não poderia se usar, se prevalecer da religião para ter vítimas. E nós infiltramos uma delegada de polícia lá na igreja, porque ele estava se escondendo da gente; já sabia quem era eu... não podia eu ir. Nós conseguimos uma colega, ela passou lá por uma evangélica, e quando ele subiu ao púlpito, nós demos voz de prisão a ele. Demos voz de prisão com apoio inclusive das próprias pessoas que estavam integrando, porque sabiam que ele já tinha essa prática contumaz de vitimizar as obreiras. Era assim que eles falavam. Tivemos o pastor — adiante, por favor — e mais outros casos que nós tivemos na delegacia. Só um momentinho aqui. A Estocolmo, não é?



A Operação Estocolmo foi deflagrada em 2012, em novembro de 2012, operação essa em que foram seis meses de investigação. Eu quero só esclarecer uma coisa, porque eu nunca tive oportunidade de falar em razão do segredo de justiça. Vou continuar não falando, só vou esclarecer uma situação. As pessoas dizem bem assim: *“Porque os acusados, os suspeitos, descobriram a Operação Estocolmo”*. Não. A investigação demoraria mais 1 mês, eu acredito, quando eu identifiquei, através de alguns advogados presentes lá na delegacia que queriam ter acesso ao inquérito policial, onde tínhamos três pessoas envolvidas... naquele momento eu estava, assim, trabalhando naquela investigação há 6 meses — muito cansativa, por sinal, mas feito, assim, com muita competência e com muita responsabilidade. Infelizmente eu não tinha aquele inquérito para dar para o advogado naquele momento e pedi que ele retornasse no dia seguinte para ter acesso. No dia seguinte eu não estava na delegacia, porque eu estava fazendo um outro trabalho. Tivemos a informação que tinha um oficial de Justiça que determinava que entregasse imediatamente o inquérito policial ao advogado. Então, deflagramos, em menos de 48 horas, a Operação Estocolmo, contando com o apoio do nosso Delegado-Geral Adjunto, Dr. Mário Aufiero — obrigada pelo apoio recebido.

Nós nos concentramos na casa de um delegado de polícia, porque eu não podia ir para minha delegacia; o oficial de justiça estava à minha procura; eu poderia ser presa por desobediência. Eu não podia ir para a delegacia geral porque eu sabia que eu estava sendo cercada. A gente é polícia, a gente sabe quando alguém está nos procurando. E foi muito difícil. Nós deflagramos em 48 horas, menos de 48 horas — nós não dormimos —, preparando toda a Operação Estocolmo —, para que eu não perdesse tudo que eu já tinha, para que eu não tivesse que ceder, entregando inquérito policial para os advogados (*Palmas.*) Obrigada.

Eu queria esclarecer isso, porque infelizmente nós somos mal-interpretados, somos mal-interpretados e algumas vezes dizem: *“Ela calou, ela não está falando, ela foi comprada”*. Não! A Polícia Civil não foi comprada. A Polícia Civil fez um trabalho, do qual eu me orgulho muito, que foi combater a exploração sexual no Estado, no Estado. Eu digo no Estado porque nós temos certeza de que tínhamos algum envolvimento nos outros Municípios, mas ficou, ficou prejudicado em razão



desse vazamento que houve. Mas conseguimos nesses 6 meses muitas provas, muitas provas contra essas pessoas que estavam envolvidas na Operação Estocolmo. E agora eu falo sobre o nosso PPCAAM, que infelizmente, Dra. Leda, eu tive um problema seríssimo, porque com tantas vítimas que eu tinha na delegacia... e sem poder oferecer proteção para elas, sentindo-me responsável — porque eu me sinto responsável por essas vítimas. E levar para onde? Fazer o quê? Meu Deus! Eu pensei em tudo, mas foi muito rápido; não deu tempo de eu chamar o PPCAAM para deflagrar a operação, porque eu ia fazer tudo isso, ia fazer uma ação em que estivesse todo mundo presente, todos os órgãos envolvidos. Não houve esse tempo. E agora? Aí, liga para Brasília. *“Não! Está em Belém, está não sei...”* Foi muito difícil.

E pior: esse programa de proteção é um programa que nos agride muito. A vítima e a testemunha, elas é que são aprisionadas. Elas é que são afastadas do seu lar, dos seus amigos, só podem levar papai, mamãe e os irmãos. E o resto da minha família? Gente, quando eu conheci mais de perto, porque eu quis conhecer... A gente oferece para a vítima e para testemunha um programa dizendo assim: *“Olha, não se preocupa, não vai acontecer nada com você, porque você vai estar protegida pelo Estado, nós vamos lhe dar essas garantias”*. Aí, a gente vai conhecer o programa: ele realmente tira essa vítima, essa testemunha de onde ela sempre viveu, onde ela tem suas raízes, seus amigos, sua família. E nenhuma vítima quis ingressar nesse programa.

Infelizmente, eu não tenho acesso hoje a essas vítimas da Operação Estocolmo, porque eu não quis que mais tarde falassem que a Polícia Civil estava obrigando essas crianças, essas vítimas (*risos*) — é complicado! — a denunciarem e a manterem os seus depoimentos. Eu as deixei muito à vontade, disponibilizei meu telefone, para que na hora em que precisarem eu estar atenta e poder auxiliá-las.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - A senhora tem os contatos ainda das vítimas?

A SRA. LINDA GLÁUCIA DE MORAES - Tenho.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Porque a CPI gostaria de ter esses contatos. Nós queremos ouvi-las.



A SRA. LINDA GLÁUCIA DE MORAES - Sra. Deputada, a senhora me perdoe, mas, como corre em segredo de Justiça, eu não posso fornecer. Somente o desembargador autorizando, eu posso. Como eu sou servidora pública...

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Nós vamos pedir amanhã.

A SRA. LINDA GLÁUCIA DE MORAES - Isso. Como eu sou servidora pública, se eu cometer um ato desses, sou responsabilizada criminalmente. Então, eu não posso, mas o desembargador autorizando, com certeza eu posso disponibilizar, sim.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Nós temos a cópia do inquérito, mas nós não sabemos se esses telefones estão atualizados.

A SRA. LINDA GLÁUCIA DE MORAES - Eu não tenho essa atualização, por conta do que, como eu falei ainda há pouco, eu deixei as vítimas, não porque quissem, mais à vontade para não se sentirem pressionadas pela Polícia Civil a deporem. Então, eu sempre disponibilizei o meu telefone para me procurarem.

Aqui, é a Estocolmo, que saiu na *Folha de S.Paulo*, um trabalho que fala de toda a articulação e das pessoas envolvidas. Eu trouxe um vídeo que eu ia apresentar, mas eu não sei se ainda tenho esse tempo. São várias coisas... Eu acho que eu pensei que só eu ia falar, né? (*Risos.*) Eu me programei toda para um trabalho a ser desenvolvido com vocês, para conhecerem um pouco mais da delegacia e do que nós fazemos.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Pode passar o vídeo.

A SRA. LINDA GLÁUCIA DE MORAES - Posso?

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Pode, claro.

A SRA. LINDA GLÁUCIA DE MORAES - Eu peço à *TV ALEAM* que não reproduza esse filme, que não passe nas nossas televisões em casa. Não temos nenhuma adolescente aqui, não é? (*Pausa.*) Não temos. É um vídeo realmente impactante, é um vídeo de onde esse fato realmente aconteceu, e eu preni esse pedófilo.

(*Exibição de vídeo.*)

A SRA. LINDA GLÁUCIA DE MORAES - É muito triste. Todas as vezes que eu vejo me dá sempre uma dor no estômago, porque é revoltante. Mas a minha satisfação foi de colocá-lo na cadeia. Ninguém sabia quem era ele, porque ele não



mora aí, ele apenas capinava vez por outra nas casas dos vizinhos. E um vizinho duvidou muito dessa conduta dele e filmou. Depois disso, os vizinhos bateram nele, mas ele fugiu. E ninguém sabia quem era ele. E nós começamos um trabalho de investigação, demorou mais ou menos 1 mês e meio, 2 meses, conseguimos o mandado de prisão preventiva ainda que sem nome, mas apenas com as características físicas dele e conseguimos êxito na prisão dele. Hoje, ele encontra-se na cadeia e vai responder... Aliás, espero que nunca mais ele saia.

Obrigada. E vocês me desculpem pelo vídeo, mas eu preciso mostrar para vocês o que nós vivenciamos no dia a dia na Delegacia de Proteção.

Obrigada. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Obrigada, Dra. Linda Gláucia.

Passo a palavra ao Exmo. Sr. Edmilson da Costa Barreiros Júnior, Procurador da República no Estado do Amazonas, e, em seguida, ao Dr. Epitácio Almeida.

O SR. EDMILSON DA COSTA BARREIROS JÚNIOR - Muito boa noite a todos e a todas! Já são 11 horas da noite, eu prometo que vou ser breve. Eu quero cumprimentar as Sras. Deputadas Federais, na pessoa da Presidente da CPI, Deputada Erika Kokay; quero cumprimentar os Parlamentares estaduais, na pessoa do Deputado Luiz Castro; quero agradecer as gentis referências e cumprimentar os colegas de Ministério Público, a Dra. Alzira, a Dra. Leda.

É uma satisfação fazer um trabalho conjunto com o MP brasileiro aqui no Amazonas. Eu quero cumprimentar as senhoras e os senhores que estão aqui ainda debatendo um tema tão importante para a sociedade.

Eu quero dividir a minha fala em duas partes: a primeira em uma espécie de prestação de contas; e a segunda em curtas reflexões e sugestões para a CPI de um profissional que trabalha há mais de 10 anos com a Justiça criminal brasileira, nas duas esferas, estadual e federal. No primeiro momento, eu quero falar um pouco de um dos casos do Ministério Público Federal. As senhoras estão analisando esse problema da exploração sexual em todo o País, as senhoras sabem que, como os casos expostos agora há pouco pela Polícia Civil, eles primordialmente são de competência estadual porque envolvem direitos de pessoas sem interesse direto da União.



Nós temos aqui, no Amazonas, vários casos em que a competência foi federalizada, porque, primeiro, no caso do Sr. Antônio Carlos Branquinho, ele era um Juiz do Trabalho que usava dessa condição, em local federal, para cometer os crimes pelos quais foi condenado. Houve o caso também da Operação Vorax, em que operação investigava crimes contra o patrimônio público, contra o erário, e foram descobertas de modo incidental, de modo fortuito, aquelas provas que inclusive foram aproveitadas na investigação estadual dos crimes contra a infância e a juventude. Teve um caso mais recente agora que envolveu direitos das comunidades indígenas de São Gabriel da Cachoeira, a Operação Cunhatã, e eu quero refletir um pouco sobre o papel exercido nesses casos.

No primeiro caso, o do Dr. Antônio Carlos Branquinho, eu trouxe a sentença — vou passá-la à CPI; não sei se a CPI tem conhecimento —, a sentença de 31 anos de reclusão, e esse caso deixou algumas boas lições de boas práticas na apuração. O caso que começou a investigação quando o cidadão ainda era Juiz do Trabalho, portanto começou pelo Ministério Público Federal em Brasília, junto ao Tribunal. O Tribunal, depois que o Ministério Público foi lá, junto com a nossa Procuradora do Direito do Cidadão, o Procurador-Geral foi até lá, ouviram as pessoas, reuniram material, o Tribunal Federal deu a busca e apreensão e mandado de prisão. Ele não foi preso, mas, com essa diligência preliminar de modo rápido, a prova foi conseguida.

E esse caso deixou uma segunda lição. A primeira foi que o quanto mais rápido produzir a prova mais eficiente é o resultado. E a segunda lição, Sra. Deputada, é que quando a autoridade não consegue a prova técnica mais efetiva daqueles crimes de estupro, do estupro de vulnerável, do atentado violento ao pudor, o ECA nos fornece grandes subsídios para trabalhar na parte da prostituição do art. 244-A e na parte da pornografia infantil. E esse caso gerou uma grande lição e que ela também foi replicada em outras, porque nós trocamos experiências entre os Procuradores do Brasil, e foi muito importante, porque ele era Juiz do Trabalho, ele perdeu o cargo, o processo tramitou depois no primeiro grau, ele foi condenado e continua preso até hoje. Não foi dado *habeas corpus*, e ele continua preso até hoje, desde que saiu. Depois eu vou passar a sentença, não sei se a CPI já tem conhecimento dela.



O segundo caso já foi muito comentado, eu vou falar de modo curto, da Operação Vorax, que começou com os crimes contra a administração pública e foram encontrados esses indícios, essas provas de crimes contra a infância e a juventude. Eu quero dar uma pequena reflexão para a Sra. Presidente. Nós, que militamos no Direito Penal, no nosso dia a dia, sabemos que esses crimes cometidos sem testemunhas, esses crimes cometidos longe dos holofotes, na intimidade das quatro paredes, por muitas vezes a Justiça consegue uma condenação, quando a palavra da vítima é harmônica, ela é firme, ela é precisa e ela é uniforme com as demais provas dos autos.

O caso de Coari nos chama atenção porque, diferente de todos os outros casos normalmente, tem gravação, tem outras provas, dá uma amostra de como era escancarado o processo naquela cidade. E uma coisa importante — é muito importante dizer —, que é uma segunda reflexão em termos de Justiça penal, para que as Deputadas, que têm a competência de legislar sobre Direito Penal, pensem é como o caso da Vorax foi atrapalhado pelas idas e vindas do foro privilegiado. O processo subiu, o processo desceu depois de 1 ano, e nisso, num processo com muitos réus, demora. A duração razoável de um processo exige que os processos tenham prazos razoáveis. Um ano para o Tribunal dizer se era competente para julgar todos ou só o Prefeito, que é uma decisão que cabia ao Tribunal, é um prazo que sumiu do razoável. E eu não vou me deter muito sobre o caso de Coari, porque muito já se falou dele.

Eu quero falar também do caso da Operação Cunhatã: pessoas que faziam a exploração de menores de modo sistemático, violando os direitos, inclusive de cultura indígena, porque eram menores indígenas de São Gabriel da Cachoeira. Eu quero registrar que é o maior Município indígena do País, com maior quantidade e porcentagem da população oriunda diretamente das etnias locais. E nós temos testemunhas e vítimas incluídas, inclusive, em PPCAM federal; é um processo com quatro réus presos e alguns réus soltos, porque nós, por estratégia, solicitamos a prisão das pessoas que eram os líderes e os que tinham realmente poder econômico e que poderiam mais eficazmente interferir na produção da prova. As nossas participações federais nesses casos são episódicas, mas elas nos dão algumas experiências.



Eu não sei se a CPI tem conhecimento, mas eu também trouxe: o Ministério Público Federal em São Paulo tem um acordo, um Termo de Ajustamento de Conduta, com o Google Brasil Internet e com a Safer Brasil, que é uma ONG, que repassam informações coletadas no Google para as investigações de crimes digitais, crimes de racismo, de xenofobia e, a maioria deles, crimes de pedofilia. É um instrumento de que nós utilizamos.

E aí vai uma sugestão que eu reputo muito importante para a CPI se aprofundar, Sra. Presidente. Eu também trouxe o termo para a senhora analisar, mas tal como eu disse no caso do Juiz Branquinho, o pedófilo, enquanto categoria de criminoso sexual, é inato. Muitos estudiosos acham inclusive que ele não tem cura — não tem cura mesmo. Então, ele só para quando é apanhado ou quando falece. No caso, quando por muitas vezes essas vítimas não têm a força moral ou a condição psicológica de encarar os seus algozes, a via do crime digital fornece subsídio para eles serem presos. Mas nós temos um problema sobre o qual a CPI poderia se debruçar, sobre a questão do Marco Civil da Internet. Nós temos dificuldades por vezes de conseguir essas informações nos provedores de acesso ou nos provedores de conteúdo, porque a legislação ainda não é clara sobre o tempo que cada um deles precisa preservar todas essas informações.

Eu trouxe aqui dois textos do Prof. Vladimir Aras, que vou passar à CPI, para vocês refletirem a respeito, porque a via dos crimes digitais é importante quando não há o flagrante do crime sexual propriamente dito ou quando não há provas. Nesse caso do vídeo não é raro o pedófilo, ele mesmo, se filmar para ele se lembrar. Mas não acontece em todos os casos. Por isso, lembrei também o caso do Juiz Branquinho. Ele, depois de preso, foi solto, e ele foi preso de novo com material de pornografia digital na sua casa, em busca e apreensão. Então, isso ajudou muito a elevar a pena dele. Então, é importante que isso seja bem trabalhado, porque uma das maiores funções de uma CPI, no sistema constitucional brasileiro, é também aprimorar a legislação, independente dos casos concretos. Eu vou deixar os dois textos aqui e peço que a CPI reflita sobre eles, junto com o material que eu vou colocar.

Eu gostaria de dizer também que, da mesma forma que a nossa Procuradoria Regional dos Direitos do Cidadão atuou no caso do Juiz Branquinho, nós estamos



abertos às parcerias nas políticas de prevenção. E eu falava isso aos Deputados, ao Deputado Sinésio, que não pôde estar presente, e aproveitei a presença de outros Deputados agora, porque a CPI estadual, penso que é uma realidade, ela deve vir a ser implantada, sim, e direcionem também seus trabalhos para melhorar as políticas públicas de prevenção. E melhorar também... Sra. Presidente, eu sou do PROVITA desde 2006, aqui do PROVITA estadual. Nós temos dificuldade em implantar o nosso PPCAN estadual. Por isso que, no caso mencionado, de Coari, o PPCAN federal teve de agir. Nós temos dificuldade, e tendo recurso, e tendo a SEJUS se comprometido já. A questão dos conselhos tutelares, isso tudo, eu acho que precisa ser aprofundado na CPI. Onde o Estado está falhando na prevenção? Porque, por melhores que sejam os nossos esforços, de Polícia, Ministério Público, Poder Judiciário, quando o caso chega ao Poder Judiciário, ao sistema de justiça, o dano já ocorreu. Isso é muito importante.

Eu prometi que não ia me alongar. Realmente, eu não vou me alongar. Eu acredito que o Ministério Público Federal tem uma boa dose de contribuição a dar nesse caso. Acabamos, nesses casos concretos, em alguns deles, sendo protagonistas; em outros deles, compartilhando provas com os colegas do MP estadual, que estão fazendo um bom trabalho, reconhecido pela sociedade. Todos torcemos pelo êxito dessas ações, que os culpados sejam punidos. E eu peço, Sra. Presidente, que, a despeito do adiantado da hora, leve essas reflexões para seus colegas Deputados, porque o Marco Civil da internet vai gerar instrumentos importantes para a persecução criminal também.

E, por fim, eu só quero um pequeno comentário. Desde 2012, eu fui obrigado a recorrer do deferimento do registro da Justiça Eleitoral do cidadão Adail Pinheiro. Até hoje eu não entendo como um cidadão condenado pela Justiça Eleitoral, condenado pelo Tribunal de Contas da União duas vezes, nessa situação... Eu não vou nem falar (*ininteligível*) com os Estados, porque tinha liminar. Mas não tinha nesses dois. Até hoje ninguém conseguiu reconhecer que há violação flagrante da Lei da Ficha Limpa.

Eu acredito que essas verdades precisam ser ditas. Nós estamos em 2014. O normal, na Justiça Eleitoral, é julgar esses processos até o fim do ano da eleição. Os senhores que são políticos sabem; isso é normal. Eles julgam até o fim do ano da



eleição. Então, eu acho que esse é um ponto importante para também ser questionado. Não existe apenas aqui a questão da morosidade.

E eu gostaria de desejar boa noite a todos, a proteção de Deus a todos aqueles que fazem esse trabalho, que é espinhoso, mas é muito necessário, que é na defesa da criança e do adolescente. Afinal, temos uma Constituição que diz que a defesa da criança e do adolescente é prioridade absoluta do Estado brasileiro. E é por isso que nós vamos lutar. Eu tenho aqui um material. E eu também peço licença à Presidência para me ausentar. Mas eu tenho um material e desejo boa sorte e proteção de Deus no andamento dos trabalhos. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Muito obrigada. Sr. Edmilson, muito obrigada. A gente acolhe com muita alegria o material, e vamos nos debruçar sobre essas questões.

Eu vou passar a palavra agora ao Dr. Epitácio Almeida, que é Presidente da Comissão de Direitos Humanos da Ordem, e, em seguida, para a Sra. Perina de Fátima Aguiar, que é Presidenta do Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Com a palavra, portanto, o Dr. Epitácio Almeida.

O SR. EPITÁCIO DA SILVA ALMEIDA - Bem, pelo adiantado da hora, eu já me sinto contemplado em tudo aquilo que foi falado. Eu queria cumprimentar a Mesa na pessoa da Deputada Liliam Sá e glorificar a Deus porque chegou ajuda a este lugar. Eu me sinto aqui, Deputada, esperançoso e, ao contrário do sentimento de algumas pessoas — graças a Deus, não estas aqui, porque estamos aqui até uma hora dessas porque cremos que a Justiça pode ser estabelecida, sim, porque acreditamos que as instituições unidas podem estabelecer a Justiça neste Estado e neste País —, eu entendo que, ao contrário do que muitos podem pensar, nós vivemos um momento ímpar, um momento *sine qua non*, de passar a limpo, de passar a borracha neste Estado, em todas as pessoas que têm vivido na criminalidade da pedofilia deste Estado, não só com relação a Coari. Mas, como foi dito pela nobre Procuradora do Trabalho, que citou vários Municípios; pela Dra. Leda, que disse que é só a ponta do *iceberg* que nós estamos vivendo aqui; e pela minha palavra, que hoje digo às autoridades aqui presentes e às pessoas que estão aqui até esta hora que não chega a nós nem 10% daquilo que acontece.



As pessoas hoje não vão até aos órgãos, porque esse sentimento de impunidade se impregnou, o medo se impregnou, Deputada, no coração das pessoas. E nos cumpre, Deputada Rebecca, uma responsabilidade enorme, de arrancar do coração dessas pessoas esse sentimento podre de que o Estado é impotente, de que as pessoas estão corrompidas. É hora de a sociedade, das pessoas de bem, que estão aqui até esta hora, como eu, se levantarem, se erguerem e dizerem: *“Neste Estado aqui tem pessoas de bem, neste Estado aqui tem pessoas que se importam com as vidas”*. E é tempo de colocar essas pessoas na cadeia, sim, todos eles, sejam Prefeitos, Deputados, pastores, professores da SEDUC, seja quem for. Quem tem cometido crime neste Estado tem que pagar por eles, tem que ir pra cadeia, como foi o Juiz Branquinho, tem que estar lá onde é o seu lugar, é na cadeia.

E eu acredito, Deputada, que a CPI chega em um momento especial para este Estado e nos enche o coração de esperança. Eu, quando estive lá em Brasília com as senhoras, eu disse às senhoras que existem casos que chegam à OAB para mim que eu sinto aqui que não tem nem teto neste Estado para resolver. Eu vou lá a Brasília direto. Quando eu olho e vejo quem está envolvido, eu digo: eu não vou nem meter a cara. Sabe para onde eu vou? Vou para Brasília. Coloco debaixo do braço, chego lá: *“Está aqui, ó, está aqui a denúncia, estão aqui as pessoas, estão aqui as provas”*.

Hoje, nós temos dificuldade de colher depoimento, eu creio — a Dra. Linda não externou isso aqui —, em todas as instâncias, inclusive a CPI tem essa dificuldade, porque as pessoas têm medo. Impregnou-se um sentimento podre de impunidade, e nos cumpre uma responsabilidade enorme, Deputada Kokay, de arrancar isso do coração das pessoas, de dizer que o Estado brasileiro vive, de dizer que este Estado aqui é composto de pessoas de bem, de pessoas que amam a dignidade, que amam as suas crianças, os seus adolescentes e que se importam com eles.

Hoje, por exemplo, nós temos um caso emblemático lá, doutora. Chegou um pai lá comigo, de uma criança que havia sido violentada por um técnico de futebol. Ele sentou diante da minha mesa, externou toda a sua indignação, disse pra mim que a criança só jogava se saísse com o técnico na noite. E, quando ele soube o



que aconteceu, ele se indignou, e eu disse: *“Querido, onde está essa criança? Vamos passar isso aqui para um papel”*. Ele disse: *“Doutor, que segurança o senhor me dá? O que o Estado me dá, se eu passar isso para um papel?”*

E aqui eu trago à reflexão de todos que nos cumpre uma responsabilidade maior, de fazer com que as pessoas se sintam seguras para denunciar e prestar os seus depoimentos. As pessoas não procuram mais as instituições, como a OAB, como o Ministério Público, né, Dra. Leda, porque sentem o medo arraigado no coração da sociedade: *“Bem, eu vou lá denunciar. E depois?”*

As senhoras ouviram algumas pessoas em Coari, Deputadas, e eu quero dizer-lhes que me chegam aqui notícias de que os casos que têm vindo à tona na CPI não traduzem... traduzem apenas pequena parte de tudo aquilo que aconteceu ao longo de anos e anos naquela cidade. E, quero dizer mais, acontece infelizmente, como disse o Deputado Regis, é verdade, acontece em todo o território brasileiro, mas infelizmente Manaus e o nosso Estado do Amazonas carrega a pecha hoje de ser comentado lá fora como o paraíso da pedofilia. E quero dizer a vocês aqui que eu rejeito esse tipo de pecha sobre este Estado, porque acredito nas pessoas de bem que aqui estão e pessoas que se levantarão, se erguerão, e é tempo, sim, de as instituições se unirem, de surgirem políticas públicas sérias — estamos dentro aqui do Parlamento —, políticas públicas que alcem os braços do Estado, a essas pessoas que hoje, Deputadas, ainda se encontram desamparadas lá fora, elas não vêm até ao Estado para reclamar os seus direitos, porque o Estado se encontra ausente na questão de protegê-las, de darem a elas a guarida que hoje é nossa responsabilidade.

Cada instituição aqui tem uma enorme responsabilidade nos dias de hoje, que é de amparar essas crianças e esses denunciantes. Eu quero encerrar a minha fala aqui, dizendo da minha esperança, Deputada, de esta CPI não só colocar essas pessoas atrás das grades, todas elas, sejam quem for, e que paguem pelos seus crimes, que paguem por aquilo que cometeram e, mais do que isso, espero que a CPI acenda neste Estado a necessidade de nós traduzirmos políticas públicas eficientes, que levem pessoas a serem levadas à apuração real dos crimes e as pessoas denunciantes a terem do Estado a guarida que eles precisam ter.



Eu agradeço e quero declarar uma benção na vida de todos vocês, em nome de Jesus.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Obrigada, Sr. Eptácio.

Nós temos ainda muitas pessoas inscritas e vamos ter que restringir o tempo a 5 minutos. Quero pedir a compreensão de todas e todos. Temos ainda, parece-me, 9 pessoas inscritas e nós vamos ser mais rígidos no tempo estabelecido.

Quero também informar que nós já aprovamos a convocação do Presidente da Federação de Futebol aqui do Estado do Amazonas, para discutir essa denúncia de exploração sexual nas escolas de base. Estamos também chamando, e já aprovamos a ida de representantes da CBF para a CPI, para discutirmos dois aspectos, a preparação do Brasil para as Copas e também o nível de responsabilização dos clubes ou um pacto a ser construído com os clubes para impedimento da exploração sexual.

Nós também estamos trabalhando com a legislação de responsabilização do próprio clube, responsabilização criminal, inclusive, do clube, quando se constate a existência de exploração sexual.

Portanto, é um novo marco legal dessa perspectiva. Estamos atentos, não só aqui no Estado do Amazonas, mas temos denúncias em vários locais do País de que o sonho — aí são meninos, a maioria é de meninos —, o sonho de meninos em serem jogadores de grandes times de futebol ou serem grandes jogadores de futebol acaba se transformando num instrumento de dominação, e que essas crianças sentem vergonha de denunciar, sentem medo de denunciar e acabam sendo vítimas, de forma muito cruel, da exploração e abuso sexual; existem os dois casos.

Vou passar a palavra à Sra. Perina de Fátima Aguiar, que é Presidenta do Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente e, em seguida, ao Sr. Mário Auffero, que é Delegado Geral Adjunto de Polícia Civil.

A SRA. PERINA DE FÁTIMA AGUIAR COSTA - Para ganharmos tempo, eu diria boa noite a todos.

Toda fala que teve aqui, sempre houve uma... políticas públicas. Vou exatamente tratar dessas questões, dizer rapidamente aqui que é uma grande ferida, é uma doença, esse é um câncer que nós temos no nosso País, porque elas



estão no papel, não funcionam. É por isso que nós temos toda essa ferida enorme, porque a política está no papel, é belíssima, desenhada, reza bem. Tem tanto plano neste nosso País que a gente não consegue fazer um, já chega um novo, termina esse e chega um outro.

Queria convidar a todos que nós pudéssemos ter um plano, gente — principalmente quando se fala em criança e adolescente —, único. A criança é um ser integral que a gente fala, a família tem que ser vista como um todo. Dentro da família, eu tenho criança, adolescente, adulto, tem a mulher e tem o homem, e as políticas do nosso País dividem, reduzem a família, porque é política da mulher, política disso, política daquilo. Eu não sei por que fazemos isso, eu não sei por quê. Aí nós queremos família que seja forte, que tenha “estrutura”, entre aspas, mas nós não possibilitamos isso, nós fragilizamos a família, não é, Miriam? Fico feliz de vê-la, de saber que você está na Presidência do Conselho, porque em junho eu gritei lá na Câmara e pedi socorro ao Amazonas, eu estava lá e falei: *Nós precisamos de socorro no Amazonas*. Fico feliz de você estar aqui. Quando você falou para mim: “*Senti sua falta*”, é porque nunca fui convidada para estar. Eu queria também registrar.

A CPI passou, a CPI veio, a CPI foi, e nós enquanto na Presidência desse Conselho nunca fomos convidadas, fomos agora, através do ofício que veio da Deputada e aqui estou. Jamais fui ausente a qualquer chamado neste Estado, jamais. Represento a sociedade civil, estou há 18 anos... e, como disse o Dr. Rafael para mim: “*Você ainda está nessa?*” Estou, porque eu acredito no ser humano, eu acredito na felicidade, eu acredito na mudança. E se nós juntos estivermos, mas olhando essa política como um todo, não criando políticas para dar emprego, pelo amor de Deus! Temos que parar de criar políticas e Secretarias para dar emprego, gente! (*Palmas.*) São pessoas que estão gritando, gritando por socorro e todos nós somos responsáveis.

Quero muito agradecer a Deus, sempre agradeço a quem me colocou lá no Conselho, que foi a sociedade civil. Gente, vocês não fazem a ideia do que é ir aos Municípios, viu, Miriam, e não ter Conselho Tutelar que funcione, não ter Conselho de Direito com paridade. Nós temos leis nos Municípios do nosso Estado que têm Vereador compondo Conselho, que tem empresa compondo Conselho, e a gente



precisa da ajuda do CONANDA, para que a gente possa ver se poderemos fazer essa mudança no nosso Estado e, conseqüentemente, pensarmos em coisas novas para reduzir... Não sei o que fazer com tanto Conselho que ocorreu, porque nós estamos frágeis, nós estamos morrendo enquanto Conselhos. Isso em saúde, educação, assistência social, todos.

Eu agradeço pela oportunidade de estar aqui e só os convoco: *Vamos trabalhar, gente, mas trabalhar de verdade.* Viu, Deputado, o senhor sabe. Ricardo querido, posso lhe chamar assim pela amizade e pelo carinho que você tem conosco, eu acredito, eu sou maranhense, mas eu amo este Estado e eu tenho sangue que não é vermelho, é de criança e adolescente.

Então, vamos juntos, pelo amor de Deus, vamos acordar! Chega de falar, falar, falar, como alguém disse aqui, vamos agir, vamos nos incomodar, vamos pensar que é um filho nosso, que é um neto nosso que está sofrendo isso que talvez acordemos.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Muito obrigada, Sra. Perina.

Chamo o Sr. Mário Aufiero, que me parece que já se retirou. Portanto, passo a palavra ao nosso convidado seguinte, o Exmo. Sr. Aluizio Paes de Lima, que é Ouvidor e aqui representa a Secretaria de Estado de Segurança Pública. Em seguida, chamarei a Sra. Silvia Carla, Coordenadora do Fórum dos Conselhos Tutelares da Região Norte e Presidenta do Fórum Estadual dos Conselhos Tutelares.

Passo a palavra ao Sr. Aluizio Paes de Lima, representando a Secretaria de Estado de Segurança Pública.

O SR. ALOIZIO PAES DE LIMA - Boa noite, senhores, meus cumprimentos à Presidência da CPI. Nós tínhamos nos programado para falar um pouco antes da Dra. Linda e do Dr. Aufiero, tendo em vista a representação do Secretário de Estado da Segurança Pública.

Fui de alguma forma agora pego de surpresa, mas para alguma coisa, enquanto cidadão residente e atuante no âmbito da segurança pública, enquanto Ouvidor Geral do Sistema, e em nome do Secretário, chamamos a atenção não só para os Municípios já citados, porque, se olharmos com um pouquinho mais



detalhado, vamos ver que são polos de atração de pessoas de fora, como é o caso de Parintins, do Festival do Guaraná, em Maués, a ciranda de Manacapuru.

Eu chamo a atenção para o Vale do Juruá, onde nós temos, a partir de Tefé, uma exploração de petróleo, com um êxodo de pessoas desconhecidas, pessoas de fora do Estado, pessoas de fora de um compromisso.

Eu, há um ano e pouco, passando por Tefé, acompanhando o Superintendente da Polícia Federal, hoje Diretor da Academia, eu vinha com o Dr. Sérgio, de Tabatinga, e me causou espécie o movimento naquele aeroporto, onde eu vi alguém... Eu trabalhei muito...

Devo esclarecer: sou policial federal aposentado, depois de ter trabalhado na Polícia por 42 anos. E eu vi um moço com uma bagagem, ele desceu de um avião de carreira e ficou perdido olhando para o aeroporto. Eu disse: *“Olha, mais um que vem se aventurar no êxodo de Tefé por conta do petróleo.”*

Empresa particular explora petróleo no Vale do Juruá. Temos que ter cuidado com aquelas cidades maiores, e outra: se nós buscarmos, Srs. Deputados do Estado, os filhos do leão aqui para o Baixo Amazonas, Itapiranga cresceu de forma assustadora, a prostituição grassa naquela cidade. Uma obra do leão! Houve um aumento muito grande de população, muito dinheiro a cada quinzena, muita necessidade, muito hormônio separando, querendo bebida, querendo jogo, querendo festa. E ficava onde? Em Itapiranga, com meia dúzia, no máximo, de policiais para oferecer segurança.

Então, nós temos que cuidar dos filhos do leão, evitar que isso prossiga, porque o leão está sendo inaugurado, mas eu já soube que está havendo uma exploração de um minério na região, e o número de pessoas de fora continua pondo em risco a nossa criança, o nosso adolescente e a família como um todo, tendo em vista aquela presença de pessoas de fora, sem compromisso com a terra, nem com a causa e nem com a coisa. São pessoas inconsequentes, são pessoas que vivem de arribada, como aves de arribação, que pousam onde tem uma barraca, onde tem um dia de trabalho, e aquele dinheiro ele não manda sequer para melhorar em casa. É para a sua festa e para promover as suas orgias, de preferência com as pessoas mais jovens.



Eu deixo a reflexão, a situação dessas obras, grandes obras que ocorrem, que diferentes não são das obras de barragem em Rondônia, no Pará. E todo esse tipo de movimento que traz muita gente carece de uma atenção diferenciada da sociedade como um todo, não só de instituições, no sentido de que o Estado conheça em detalhes e possa, de uma forma mais eficaz, prestar uma assistência.

Eu agradeço a oportunidade, em nome do Secretário de Segurança, em nome da Ouvidoria de Segurança Pública e também do Conselho Estadual dos Direitos Humanos, para onde mais uma vez somos reconduzidos, não é, Deputada Conceição? Nós estamos lá à frente, junto à SEJUS, ora se implantando, e eu ponho à disposição não só hoje o agente público no Estado como também o cidadão, o pai, o avô e o advogado.

Obrigado e boa noite. (*Palmas.*)

Com a permissão, eu gostaria também de chegar até em casa, que amanhã eu tenho um novo batente.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Está ótimo. Muito obrigada, Dr. Aluizio.

Chamar as coordenadoras do Fórum dos Conselhos Tutelares da Região Norte, a Presidente do Fórum Estadual dos Conselheiros Tutelares, Sílvia Carla. E, em seguida, o Sr. Wirley Menezes, que é Inspetor Chefe Substituto da Polícia Rodoviária Federal, 3º Distrito, do Amazonas.

Com a palavra a Sr. Sílvia Carla.

A SRA. SILVIA CARLA MACEDO CARDOSO - Boa noite. Logo, logo, bom dia a todos os sobreviventes ainda aqui.

Gostaria de cumprimentar a Mesa na pessoa do meu amigo e parceiro, ex-Conselheiro do Estado de São Paulo. Ele diz que quase ninguém lembra que ele foi Conselheiro Tutelar, Marcelo Nascimento, hoje numa função muito importante em Brasília, na Secretaria Nacional de Direitos Humanos.

E, na plateia, cumprimento o meu amigo Erivelt, parceiro e companheiro nessa jornada que a gente vem fazendo em prol do fortalecimento dos Conselhos Tutelares.

A gente já está nessa situação de fortalecimento do Conselho Tutelar, à frente do Fórum, desde 2007. Fui Conselheira Tutelar por 2 mandatos na região norte



daqui de Manaus e estou há 2 anos praticamente morando lá em Brasília, pois estou na Executiva do Fórum Nacional de Conselhos Tutelares, fortalecendo os Conselhos Tutelares da Região Norte do País. Esse é um serviço também muito árduo, além de dar assistência ao nosso Estado.

Quando a gente fala de criança e adolescente vítima de exploração sexual, a gente pensa na rede e, quando a gente pensa na rede — Sra. Erika Kokay, que era muito comentada no meio de nós, lá no Fórum —, a gente fala também de uma outra vítima também, que é o Conselheiro Tutelar. O Conselho Tutelar, gente, é tão vítima quanto as nossas crianças. Eu ouvi uma fala que diz que tem bons e maus. Claro que tem Conselheiros ruins, mas também nós temos Conselheiros bons. Nós temos Conselheiros Tutelares que são pais e que dedicam a sua vida, 24 horas, em prol de um fortalecimento de uma rede de atendimento.

Eu me lembro do meu esposo que, ao sair para pegar minhas filhas, disse: “*Olha, eu estou te vendo muito pouco*”. Eu aqui em Manaus ficava uma semana ou 4 dias, e a maior do tempo ficava lá em Brasília, lá para onde o Marcelo mandar: *vai para Pernambuco, vai para cá, vai para lá*, ele é sabedor disso. Pouco tempo eu ficava com a minha família aqui em Manaus. Eu tenho filhos também. Imaginem vocês Conselheiro Tutelar lá em Boca do Acre, lá em Maranhão, onde depende do gestor público municipal para sobreviver, porque depende do salário.

Aí, eu vou lembrar o caso de Uarini, Deputada. Uarini ficou um ano sem receber 5 Conselheiros, porque eles apenas reivindicaram ao Prefeito que fosse, de fato, aplicado o que a lei dizia. Teria que ter escola, teria que ter atendimento adequado às crianças e aos adolescentes moradores de Uarini. Por conta dessa reivindicação, os 5 Conselheiros ficaram 5 anos sem receber. Fomos até Brasília, colocamos essa situação na época para a Ministra e nós só conseguimos intervenção em Uarini porque houve uma conversa política entre o Governo do Estado e o Município. E o Prefeito dizia que não ia pagar.

A gente vem também para o caso de Silves. Com o fortalecimento dos Conselhos Tutelares, através do Fórum, nós conseguimos colocar uma kombi em cada Conselho Tutelar. Marcelo é sabedor disso. E na última conversa que nós tivemos com a Ministra Rosário, em relação ao Estado do Amazonas, a gente falou por Rondônia e pelo Pará — da nossa amiga Elenice. O Estado Amazonas tem que



ser olhado com um olhar diferenciado. Nós não precisamos somente de kombi, nós não precisamos somente do computador, nós não precisamos somente que o SIPIA seja, de fato, instalado e usado pelos Conselheiros. Nós precisamos de um olhar amazônico, nós precisamos de barcos, nós precisamos de estrutura adequada para os Conselheiros Tutelares. Nós precisamos de um olhar diferenciado para as nossas fronteiras.

Aqui, neste Estado, Deputada, nós fizemos o primeiro seminário internacional sobre crianças e adolescentes moradores de fronteiras. Nós temos material desse seminário e sabemos como esse seminário foi executado aqui no Estado. Mas nós temos dificuldade para caminhar também, porque nós precisamos também de apoio.

Penso que esta nossa fala não é somente do FECTAM, mas do Fórum Colegiado Nacional, e nós temos uma parceria muito grande, graças a Deus, não só por termos o Marcelo, que é ex-Conselheiro Tutelar, lá ao lado da Ministra Rosária, mas do olhar humano da Ministra Maria do Rosário para nós Conselheiros Tutelares. Se eu soubesse que podia trazer vídeo, eu trazia as fotos das nossas reuniões lá.

E eu queria aproveitar a presença do Marcelo aqui e dizer, Marcelo, que nós precisamos, sim, de um olhar diferente para os Conselhos Tutelares do Estado do Amazonas. Nós precisamos daqueles barcos que pedimos, para que de fato os Conselheiros Tutelares possam executar o seu trabalho com uma efetivação completa.

Mas, Deputados, Deputada Conceição Sampaio, a senhora, que é muito sensível a essa causa, Deputado Ricardo, Deputado Luiz Castro, que nunca faltou também a nenhum dos eventos nossos do FECTAM — a gente convida, e ele sempre está ali presente —, nós precisamos fazer com que esses Prefeitos fortaleçam os Conselhos Tutelares. Não sei de que forma. Vou só dar um exemplo para vocês, Deputada: nós temos as Kombis, mas não tem gasolina. É o caso de Silves. Essa denúncia está fresquinha, não é, Erivelt? A Kombi de Silves está lá parada porque não tem gasolina, e o Prefeito diz que não vai dar gasolina.

Nós vamos lá para o caso de Lábrea, que nós fomos fazer formação na Calha do Purus, o Conselho Tutelar estava com o seu telefone cortado por causa de 50 reais. Nós temos o caso lá de Manacapuru. Acho muito bonito quando o Prefeito Régis teve uma fala, acho que ele já saiu. De fato, o Conselho Tutelar de



Manacapuru estava legal. Hoje, o Conselho Tutelar está funcionando numa sala que não tem estrutura para você ouvir. Como você vai fazer uma oitiva se você está ouvindo o adolescente, e o acusador, a pessoa que está violando está lá na mesma sala? A gente tem que ter esse olhar, tem que pensar de que forma... Como é que vai ser esse prédio do Conselho Tutelar? Como é que essas crianças e esses adolescentes vão ter os seus direitos respeitados quando vão falar a denúncia?

Temos que pensar, como eu conversei com a Miriam hoje e temos conversado sempre lá em Brasília, que nós vamos ter eleição unificada em todo o Brasil para Conselho Tutelar praticamente daqui a 1 ano. Temos que pensar nisto: quem são esses atores Conselheiros Tutelares que vão entrar na rede e que vão ficar quatro anos? Não são mais três. E que esses operadores de Direito vão, sim, ter que utilizar o SIPIA. Nós temos que pensar nisso também, porque se nós de fato tivéssemos um sistema operacionalizado do SIPIA, hoje nós teríamos dados para estar trabalhando aqui na CPI. Não é verdade isso?

Então, nós, do fórum, precisamos que de fato esta CPI possa levar o nosso clamor de fortalecimento dos Conselhos Tutelares do Estado do Amazonas. Eu deixo aqui o agradecimento pela oportunidade desta Casa em permitir que nós, Conselheiros Tutelares... porque sempre tivemos a nossa fala aberta aqui neste lugar, nesta Casa. E eu gostaria de deixar aqui a minha fala e o nosso muito obrigada, o nosso agradecimento a Deus, porque Deus permite que nós façamos algo pelas nossas crianças e os nossos adolescentes do Estado do Amazonas. Meu muito obrigada. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Muito obrigada, Sílvia.

Passo a palavra para o Sr. Wirley Menezes, Inspetor Chefe Substituto da Polícia Rodoviária Federal, 3º Distrito do Amazonas. Em seguida, para Célia Campos, Coordenadora do Serviço de Atendimento à Vítima de Violência Sexual da Maternidade Moura Tapajós.

O SR. WIRLLEY MENEZES DE PAULA - Boa noite a todos. Cumprimento a Deputada, na pessoa de quem cumprimento todos da Mesa e cumprimento cada um dos presentes.

Quero dizer, primeiramente, que é uma honra estar aqui e quero dizer também que está de parabéns a iniciativa que é trazer este fórum de debate e



discussão. Com certeza, isto aqui é um momento de construção e principalmente de reflexão, porque eu acho que é isso que está faltando. Sem querer ser repetitivo, eu digo que comungo com o depoimento, a fala dos que me antecederam, mas queria chamar a atenção para três pontos principais, que é o ponto que foi colocado e que esse problema de exploração sexual de criança e adolescente ele acontece não só nesses Municípios que foram citados aqui, mas em todos os outros Municípios também existe a prática desses crimes. Isso já é um começo, porque você está... estamos percebendo o problema.

O segundo ponto que eu quero colocar é a questão da articulação. Foi posto numa fala anterior que não bastam somente políticas públicas, mas sim articulação. Eu penso que chamar a sociedade como um todo no sentido de conscientizar, de transformar procedimentos, de transformar mentalidades, paradigmas é importante, porque não só as instituições, segurança pública, Conselhos Tutelares e outros órgãos que têm a incumbência de tratar desse tema, eles sozinhos não vão conseguir resolver esse problema, porque ele é muito maior, é muito mais complicado do que podemos pensar. Eu acho que este momento de reflexão traz isto: esse problema é muito maior; é preciso o envolvimento de todos, é preciso principalmente chamar a sociedade para refletir e construir, todos juntos, uma solução para isso.

O terceiro ponto que eu quero colocar aqui é a questão da tolerância, que foi posto na fala da Deputada Liliam. Tem que ser tolerância zero mesmo. A gente não pode mais comungar com essas práticas e achar que elas são comuns. Você vê que a vida cotidiana, em alguns momentos, é permeada por apelos sexuais. Para onde você vira, no seu dia a dia, você vê apelos sexuais, na TV, nos jornais, em todos os cantos, e nós estamos criando as nossas crianças nesse ambiente, nossas crianças estão aí. E as pessoas que já têm aquela tendência a desvios morais são incentivadas pela impunidade e por esses apelos sexuais que estão aí permeando a vida cotidiana de cada um de nós.

No tocante à Polícia Rodoviária Federal, eu quero pontuar que a PRF já tem um trabalho de longa data no combate à exploração sexual de crianças e adolescentes. É do conhecimento de todos que as rodovias federais, e elas não são diferentes, são palco desse tipo de prática delituosa. A Polícia Rodoviária Federal,



por ter sua capilaridade — chega a pontos onde o Estado tem dificuldade de chegar com seus mecanismos de defesa, entre outros —, está ali, já faz esse trabalho há longa data.

Ponto que hoje há uma parceria entre a PRF, no âmbito nacional, e a Secretaria de Direitos Humanos. Existe um projeto, chamado Projeto Mapear, Deputada, do conhecimento da senhora, em que, através de um serviço de inteligência, a PRF mapeia os pontos onde exista a possibilidade, pontos vulneráveis, de crianças e adolescentes estarem em condições de perigo, ou mesmo sendo exploradas sexualmente. E a PRF aqui no Amazonas não é diferente. Nós temos esse trabalho, esse trabalho fomenta o nosso planejamento para ações pontuais voltadas para operações no sentido do combate a essa prática delituosa, mas também para as práticas diuturnas do policial. Nós temos fiscalizações diuturnas que também têm por missão o combate à exploração sexual de crianças e adolescentes, entre muitas outras atribuições que a Polícia Rodoviária tem. É o que eu queria pontuar.

E, para finalizar a minha fala — sei que a hora já está bastante avançada —, eu quero dizer aos senhores e às senhoras presentes que a Polícia Rodoviária é uma parceira, tem sido sempre parceira, dos Conselhos Tutelares, dos outros órgãos de segurança pública, e enfatizar que, no caso, além do Disque 100, a PRF tem o seu tridígito, que é o 191, à disposição do cidadão para o informe de qualquer prática, inclusive prática de crimes contra crianças e adolescentes.

Quero deixar isso registrado, finalizando a minha fala, e dizer, mais uma vez, que está de parabéns a Comissão pela iniciativa, Deputada. E agradeço a oportunidade.

Obrigado. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Obrigada, Sr. Wirlley.

Passo a palavra à Dra. Zélia Campos, Coordenadora do Serviço de Atendimento à Vítima de Violência Sexual da Maternidade Municipal Dr. Moura Tapajóz, e, em seguida, à Sra. Amanda Ferreira, que é Coordenadora do Instituto de Assistência à Criança e ao Adolescente do Bairro de Santo Antônio — IACAS. Com a palavra, então, Zélia Campos.



A SRA. ZÉLIA CAMPOS - Boa noite a todas e a todos! Cumprimento a Mesa, na pessoa da Deputada Erika. Muito obrigada pelo convite. Agradeço a Deus também pela oportunidade de estar aqui com todos.

Gostaria apenas de lembrar que a violência sexual é um problema grave de saúde pública. Então, nós não podemos nos esquecer de que todas essas vítimas têm que ser vistas por profissionais de saúde, têm que ser encaminhadas para serviços especializados, por causa das sequelas físicas, sexuais, psicológicas, que não são poucas, são muitas. O serviço que eu coordeno, em 8 anos, já atendeu mais de 3.600 vítimas de violência sexual aqui em Manaus, e, só de crianças e adolescentes, foram mais de 3 mil. Hoje, nós temos um ambulatório do condiloma, onde a maior parte dos pacientes são crianças de 4 e 5 anos de idade.

Eu quero dizer a vocês que a Região Norte é campeã em câncer do colo uterino. Nós estamos falando aqui de pessoas adultas quando falamos de câncer do colo uterino, e nossos ambulatórios estão cheios de crianças contaminadas, com condiloma, herpes genital, e, às vezes, crianças de 11 anos já marcadas pela maternidade e até mesmo por situação de abortamento.

Então, não vamos esquecer que esses serviços têm que existir, eles têm que ser de qualidade. Embora o nosso serviço seja um serviço de referência nacional, ainda falta muito a desejar. Por exemplo, aqui se falou sobre a questão das provas. Esses serviços podem contribuir, e muito, mas desde que tenham recursos. Nós temos que avançar muito ainda em termos de recursos tecnológicos também, não só humanos. Nós trabalhamos com equipe multidisciplinar na Maternidade Municipal, mas ainda precisamos de muitos recursos tecnológicos para melhor atender a população, principalmente essa demanda de crianças e adolescentes, que corresponde a 88% do nosso atendimento.

Eu gostaria que ninguém aqui esquecesse que a violência sexual não se encerra, por si só, com uma penetração vaginal, anal, um passar de mão, um chupão ou um beliscão; ela vai muito além disso. Então, por favor, não se esqueçam disso, porque essa seria uma falha muito grave; estariam todos pensando mais no agressor do que na própria vítima se assim o fizessem.

Muito obrigada.

Era com isso que eu gostaria de contribuir. (*Palmas.*)



A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Obrigada, Dra. Zélia.

Vou passar a palavra à Amanda, mas, antes, eu vou agradecer e registrar a presença do Joacy de Deus Pinheiro, que é Coordenador de Enfrentamento da Violência Sexual contra Criança e Adolescente, que nos acompanhou nas diligências que fizemos hoje; do Rafael da Silva Rocha, Procurador de Meio Ambiente e Consumidor da Procuradoria da República no Amazonas; da Késia Miriam Santos de Araújo, Conselheira Titular do CONANDA e Representante do Ministério da Previdência Social, que esteve conosco também na diligência, agradeço muito a participação; do Cel. Louismar de Matos Bonates, não sei se ainda está aqui, esteve conosco; do Delegado Emerson de Almeida Negreiros, Diretor do Departamento de Polícia Metropolitana, não sei se ainda está conosco; do Italo Bruno Lima Nonato, Diretor de Proteção Especial da Secretaria Estadual de Assistência Social, que aqui representa a Secretária de Estado de Assistência Social e Cidadania do Estado do Amazonas, Regina Fernandes do Nascimento; agradeço mais uma vez à Graça Prola, Secretária Executiva da Secretaria Estadual de Assistência Social; à Iracilda Correia do Nascimento, não sei se aqui ainda se encontra e gostaria de saber se quer fazer uso da palavra, agradeço muito a sua presença; à Gecilda Albano Peçanha, quero saber se quer fazer uso da palavra (*pausa.*) — então, depois da Amanda, nós vamos passar a palavra à Gecilda, Diretora do Departamento de Proteção Social Especial da Secretaria Municipal de Assistência Social e Direitos Humanos de Manaus; à Ana Lúcia Mitouso, Chefe da Divisão de Média Complexidade do CREAS, da Secretaria Municipal de Assistência Social e Direitos Humanos de Manaus — gostaria de saber se quer fazer uso da palavra, agradeço sua presença; quero agradecer, ainda, a presença da Silvana Colares, Coordenadora do Centro de Referência e Amparo à Mulher do Amazonas; do Aldemir Brito de Aguiar, Coordenador do Conselho Tutelar da Zona Leste de Manaus — eu quero saber se aqui se encontra (*pausa*); e da Silmara Vieira e da Michele da Silva, que são do IACAS, como a Amanda.

Então, vamos passar a palavra à Amanda Ferreira, Coordenadora do IACAS — Instituto de Assistência à Criança e ao Adolescente do Bairro de Santo Antônio, em Manaus, e Coordenadora do ECPAT, organização para eliminação da prostituição, pornografia e tráfico de crianças e adolescentes para fins de exploração



sexual, e, em seguida, à Gecilda Albano Peçanha, que é a última convidada para fazer uso da palavra. Em seguida, nós vamos passar a palavra, por 3 minutos, ao Alexandre Simões e à Elisabete Maciel. Estão conosco? (*Pausa.*) Cada um de vocês terá 3 minutos.

Com a palavra Amanda Ferreira.

A SRA. AMANDA FERREIRA - Bom dia a todas e todos!

Eu não poderia estar aqui e não falar sobre a situação em que se encontra hoje a questão da proteção integral de crianças e adolescentes quando se trata de rede. Em parceria com a Secretaria de Assistência Social, nós estamos desenvolvendo um projeto de mobilização em seis Municípios em torno de Manaus. Esse projeto faz algumas pesquisas, e nós tivemos a felicidade de estar em todos os serviços desses Municípios. O curioso é saber que a rede não funciona de forma alguma e que nós temos denúncias e mais denúncias. Nós vamos para a rua todo dia 18 de maio. As denúncias acontecem, mas, infelizmente, nós não temos retaguarda para cuidar dos nossos meninos e meninas neste Estado. Nós temos Conselho Tutelar, como no caso de Manacapuru, que é um dos Municípios que estão nesse projeto, que funciona numa sala onde ratos frequentam. Não é só uma sala pequena que os Conselheiros têm para atender, mas ratos a frequentam durante o dia junto com as pessoas que são atendidas.

Deputado que estava aqui e que deu apoio foi Prefeito dessa cidade até dezembro do ano passado. Esse mesmo Município tem um Conselho Tutelar que foi eleito em 2011 e que, até o exato momento, não assumiu, por causa de uma liminar que determinou que o Conselho que estava trabalhando anteriormente ficasse até a data de hoje — uma liminar que prorroga *ad eternum* o mandato.

E essa situação hoje da proteção integral de crianças e adolescentes no Município, assim como em Manacapuru, é a de quase todos os nossos Municípios. Nós ainda tivemos, até dezembro do ano passado, Sras. Deputadas, no Município de Canutama, um Conselho Tutelar que tinha duas celas, uma masculina e uma feminina. Os Conselheiros tinham que sair à noite — um toque de recolher foi determinado por um juiz —, recolher os meninos da rua e colocar dentro da cela. E o Conselheiro Tutelar tinha que ficar acompanhando como guarda. Esse é o sistema



de garantia de direito no Amazonas. Muito nós fizemos, mas muito tem que ser feito ainda.

A política não chegou lá na calha dos nossos rios nem aqui na nossa cidade. Quando a senhora fala de uma terra de coronel, é isso mesmo! O Amazonas é uma terra de coronéis e de sinhás que determinam quem é que tem que assumir os serviços. Os Conselhos de Direito, que deveriam fiscalizar, que deveriam propor políticas, infelizmente só estão no papel. Só existe um presidente, que é nomeado pelo titular de uma pasta. A sociedade civil não existe nos Municípios. Essa é a realidade no nosso Amazonas.

Nós temos que não só denunciar e prender quem abusa, mas também pensar em políticas sérias para este Município, em políticas de verdade. Os nossos Conselhos de Assistência Social também estão na mesma situação. Eu posso dizer às minhas companheiras de Conselho que estão aqui — não se chateiem comigo — , porque sabem disto, que existe tanto Conselho de Assistência Social quanto de Direito da Criança que não se reúne há 1 ano e que agora vai se reunir para as conferências. Então, que política é essa que é discutida nesse Município? Que proteção integral é essa que é discutida nesse Município?

Eu também não me canso de falar do caso de Autazes, que até hoje não foi julgado — e, toda vez que eu vier a esta Casa, eu vou falar sobre a situação do barco. O barco continua circulando, as meninas, que hoje são mulheres, nunca foram atendidas. Aliás, quando tiveram um atendimento, foi tarde. As meninas continuam, hoje como mulheres, se prostituindo para garantir o aluguel de todo mês, porque o Programa Minha Casa, Minha Vida não chegou até essas meninas, o Bolsa Família não chegou até essas meninas.

Então, temos que pensar em prender, mas também temos que pensar na retaguarda do atendimento de crianças e adolescentes neste Município.

Acabou meu tempo. Muito obrigada. Não podia ficar sem falar. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Liliam Sá) - Eu quero chamar agora, para fazer uso da palavra, a Sra. Gecilda Albano Peçanha, Diretora do Departamento de Proteção Social Especial da Secretaria Municipal de Assistência Social e Direitos Humanos de Manaus.



A SRA. GECILDA ALBANO PEÇANHA - Boa noite a todos! Cumprimento a Mesa na pessoa da Deputada Erika. Eu, como Representante do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, trago o meu apoio a esta CPI, parabenizando os Deputados do nosso Estado pela acolhida à Comissão.

Eu queria dizer também que o Conselho da Criança e do Adolescente está vigilante. E, no momento em que deflagramos o ápice desta CPI, em que vivenciamos também o Carnaval, a proximidade dos jogos da Copa do Mundo, esse Conselho se alia ao Comitê Local no sentido de nós fazermos frente a esse confronto e darmos um basta a esses abusos que têm acometido nossas crianças e adolescentes.

Esta é a nossa mensagem, a mensagem de um Conselho que está confiante e tem certeza de que vamos conseguir, aos poucos, debelar todo esse sofrimento que atinge crianças e adolescentes, principalmente aqueles mais afastados do centro, ou seja, que estão mais localizados na periferia.

Boa noite! Muito obrigada. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Liliam Sá) - Obrigada, Gecilda, pela sua contribuição.

Eu quero chamar para fazer uso da palavra, por 3 minutos, o Sr. Alexandre Simões, da ONG Instituto Amazônico de Cidadania.

O SR. ALEXANDRE SIMÕES - Boa noite, senhoras e senhores! Na presença da Deputada Erika, quero cumprimentar toda a Mesa e todo o Plenário.

Quero dizer que o IACI — Instituto Amazônico da Cidadania é uma ONG que tem com um dos seus princípios fiscalizar a questão da verba pública dos entes que fazem as políticas acontecerem e que também faço parte de uma associação de moradores na Zona Norte de Manaus, da comunidade Riacho Doce II. No IACI, nós procuramos combater a corrupção; na associação, nós procuramos lutar pelo direito à dignidade das mais de 40 mil pessoas que hoje residem na comunidade Riacho Doce. Tanto é que nós temos ido a Brasília — até mesmo a Deputada Rebecca, uma vez, teve a satisfação de nos receber lá em seu gabinete —, estivemos no Palácio do Planalto, sempre correndo atrás da dignidade das famílias, das crianças e dos adultos que vivem na nossa comunidade.



Nós enviamos as solicitações, os ofícios pedindo aos Secretários, aos Prefeitos e ao Governador melhoria para a nossa comunidade, e, infelizmente, nunca somos atendidos. Às vezes, a gente acredita que precisa até ser filiado a partido que ocupa tal pasta para que a gente possa obter uma resposta. Mas a gente vai levando, porque a gente acredita que pode mudar.

Os desvios de recursos públicos vitimizam aquelas pessoas que, na ponta, esperam que tais políticas públicas cheguem a elas. Desde 2008, quando conheci o Deputado Luiz Castro, vejo sua luta diária em denunciar diversas práticas errôneas cometidas pelos políticos. É um cidadão batalhador, que agora, nesta Legislatura, conseguiu o apoio de mais dois Deputados realmente de oposição, porque, na Legislatura passada, era só ele. Alguns outros aqui titubeavam dizendo que eram, mas, na realidade, não saíam de cima do muro, e o Luiz sempre teve essa capacidade de fazer a crítica construtiva, apontando os erros, mas também tentando apontar os acertos. E agora, nesta Legislatura, chegou, para somar com ele, o Deputado José Ricardo, o Deputado Marcelo Ramos, que têm sido combativos nas práticas erradas que acontecem aqui.

Nós do IACI — Instituto Amazônico da Cidadania vínhamos debatendo que sempre fomos contra as CPIs, mas, na nossa reunião de sábado passado, compreendemos que esta CPI, que está sendo puxada, encabeçada pelo Deputado Luiz Castro, com os demais 21 Deputados que assinaram o requerimento, deve sair do papel. É uma obrigação desta Casa passar a limpo aqueles que têm o telhado de vidro, seja Governador, sejam membros do Judiciário, do Legislativo. Quem tiver telhado de vidro que se prepare. Esta CPI, com certeza, vai servir para isso.

Quero dizer também que hoje, aliás, desde a semana passada, estamos começando a assistir ao esmiuçamento da vida pessoal do Deputado Luiz Castro. Acho que, se, quando ele era moleque lá em São Paulo, alguém sentiu na cutícula porque ele o chamou de feio, vai querer descascar, enviar isso, para desqualificar essa personalidade que vem lutando, não só agora (*palmas*), mas desde 2008, para que este Estado desse a resposta necessária a essas crianças que estão sendo violentadas há muito, muito tempo.

Não se preocupe, Deputado Luiz Castro, com certeza, a sociedade civil estará ao seu lado até o último momento. Hoje ficamos sabendo que os poderosos já estão



se articulando, dentro do seu partido, para elegerem aqueles que possam tirar a sua vaga. Mas a sociedade civil, nós estaremos caminhando ao seu lado. Se for para perder, perderemos juntos. Mas eu espero que nós possamos ganhar, e vamos marchar juntos até o final. (*Palmas.*)

Finalizando, Sra. Deputada, e agradecendo-lhe a paciência, quero dizer também que nós fazemos parte de um movimento que se preocupa com essa questão da Copa 2014 em Manaus. Em 2010, fomos convidados pela relatoria da ONU, pela Relatora Raquel Rolnik. Fomos lá e participamos. Acreditamos que esta CPI, instalada neste momento importante, em que vai se realizar um megaevento, vai ser importante inclusive para inibir esses turistas que vêm à cidade Manaus, ao Estado do Amazonas participar desse megaevento Copa do Mundo, mas que também vêm com outros intuitos, os da política do sexo.

Por último, quero registrar um caso em que tentamos exercer a nossa cidadania no combate à corrupção. Hoje está sendo realizada — hoje e amanhã — a Conferência Municipal de Defesa Civil de Manaus. O Estado do Amazonas ainda não tinha provocado. Nós provocamos por uma rede social, e o Estado se manifestou dizendo que iria fazer. Fizemos algumas perguntas. A primeira é: “*O Governador convocou a Conferência?*” Não nos responderam. Saiu a portaria, chamando a comissão preparatória com a representação da sociedade civil. Também não responderam. Enviamos um ofício, baseado na Lei Federal nº 12.527, de 2011, fazendo todos esses questionamentos. Três dias após, a Defesa Civil Estadual respondeu, através de um ofício resposta, o que era a Defesa Civil, para que servia a Defesa Civil, o que era uma conferência e, nas últimas palavras, parabenizou pela ação de cidadania, mas disse que, por participar de uma associação de moradores local da capital, nós não tínhamos o direito de fazer os questionamentos que fizemos e que nós procurássemos mais o que fazer do que questionar.

Então, sempre, nós do IACI, da Associação de Moradores, estaremos atentos à nossa cidadania, aos nossos direitos, e vamos defendê-los até o final.

Deputado Luiz Castro, parabéns! Felicidade, sucesso e muita paz na sua alma, que o senhor está precisando, de tanto olho gordo que está para o seu lado agora.



Muito obrigado. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Obrigada, Sr. Alexandre.

Gostaria de agradecer e anunciar a presença de Francisco Júnior, que é da Coordenação do Fórum Permanente das Mulheres no Amazonas, e de passar a palavra para a Elisabete Maciel, que é Presidenta da Associação das Donas de Casa do Estado do Amazonas.

A SRA. ELISABETE MACIEL - Boa noite a todas e todos aqui presentes! Meus cumprimentos à Mesa, na pessoa da Deputada Liliam Sá, e às demais Deputadas do nosso Estado, Deputada Rebecca, Conceição Sampaio, Deputado Luiz Castro.

Não vou mais repetir, com tantas falas que nós já tivemos aqui, que nos sentimos muito contemplados pelas falas que tivemos aqui de todas as pessoas que já falaram; apenas quero reforçar e dizer ao Deputado Luiz Castro que as ramificações dessa quadrilha estão aparecendo agora e que ele não se intimide, não desista.

O nosso pedido aqui, como sociedade civil, e representando aqui as mulheres, a participação das companheiras que ali estão, que fazem parte do Fórum de Mulheres, é que cada um que aqui está não desista, que se fortaleça nessa luta, porque a gente também está contando muito com vocês e a gente precisa muito que a justiça se cumpra, porque a gente não aguenta mais todo esse processo. A gente está nessa luta juntos e a gente quer o fortalecimento a cada dia.

Então, a gente sabe que essas ramificações vão tentar atingir as pessoas que estão à frente desse trabalho, em especial o Deputado Luiz Castro, porque deu a cara a tapa e aqui está. Então vão tentar atingi-lo de todas as formas para desestabilizá-lo, para desmoralizá-lo, mas a gente sabe que, pela postura de Parlamentar que ele tem, vai ser muito difícil. E a gente vai estar junto nessa caminhada.

Que o senhor se sinta junto conosco, que nós vamos estar juntos, com todas vocês, com as companheiras. A cada dia as nossas Deputadas, com certeza, lidam com situações muito difíceis, e isso é horrível, porque é algo que atinge a alma da gente, e, quando atinge a alma da gente, é algo muito complicado. Que a gente possa ter a oportunidade de ver os direitos de nossas crianças sendo preservados.



O que nós queremos, de fato e de verdade, é a efetivação da CPI, é o fortalecimento das políticas públicas, a celeridade da Justiça com os processos que estão em andamento, para que a gente consiga, de fato e de verdade, ver os direitos das nossas crianças sendo preservados.

Quando Deus mandou Jesus a esta terra, Ele disse: *“Vinde a mim todas as crianças, porque a elas pertence o Reino dos Céus”*. Que a gente consiga defender a inocência de nossas crianças, mas de forma unida, juntos, para que a gente realmente cumpra com o nosso papel de cidadã.

Eu agradeço pela oportunidade. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Obrigada, Elisabete.

Eu queria agradecer a presença de todas e todos, dizer que esta foi mais uma audiência pública realizada aqui no Estado do Amazonas. Nós ainda achamos que é fundamental que haja atualização do Plano Nacional de Enfrentamento da Exploração Sexual, porque o Plano possibilita o diálogo entre a sociedade civil e o poder público e possibilita a intersetorialidade, que é absolutamente fundamental. Sem intersetorialidade ou sem articulação das políticas públicas, nós não vamos enfrentar um crime e uma violação, que é multifacetada, como todas as violações. Nós achamos que, ao enfrentar a exploração sexual, enfrenta-se a desigualdade social, enfrenta-se a discriminação de gênero, porque é a grande maioria do gênero feminino que é vitimada. E nós enfrentamos a discriminação étnica e adultocêntrica, sem nenhuma dúvida, que tira a condição de criança como sujeito — e sujeito de direito, como pessoa — e a coisifica.

Portanto, nós achamos que é absolutamente fundamental que haja atualização do Plano, porque o Plano possibilita a organização do conjunto dos segmentos e o monitoramento, a construção de ritmos e de prazos, que são absolutamente fundamentais. Somos absolutamente de acordo, inclusive, com um projeto na Câmara que busca responsabilizar os gestores que não dão condições de funcionamento aos Conselhos Tutelares; que aplicam a medida, mas não executam a medida. Via de regra, é o Executivo que executa, que é o responsável pela efetivação da medida de proteção que é aplicada pelo Conselho Tutelar. Se o Executivo não tem rede, se ele não tem políticas de proteção ou políticas básicas, obviamente, porque o Conselho Tutelar dialoga com a sociedade, muitas vezes o



conselheiro é responsabilizado pela sociedade. Mas há que ter uma rede, uma retaguarda para que a medida possa ser efetivada.

A experiência que nós temos indica que a medida de proteção, quando não é cumprida, a condição de vitimizado pode se construir na condição de vitimizador, ou seja, não há nenhum vitimizador que não tenha sido vitimizado em determinado momento. Portanto, é muito importante que nós possamos ter a política de prevenção.

Nós achamos que é preciso ter a promoção, a proteção e a garantia do direito, que passa pela responsabilização, portanto, nós achamos que é preciso responsabilizar, sem nenhuma dúvida, mas é preciso também criar toda uma política que passa pela própria prevenção, pelas políticas básicas. A criança tem que ser protegida. A discussão que a gente faz com as grandes obras passa por aí. Não é preciso ter só o licenciamento ambiental, tem que ter um licenciamento social que pressuponha a construção de planos, para que nós possamos proteger as crianças.

Foi mais de 200% o recrudescimento e o aumento dos casos de estupro, depois de Jirau e Santo Antônio, no Estado de Rondônia — mais de 200%. Houve um aumento significativo também da gravidez precoce. É óbvio que o estupro mudou, a tipologia está mais ampla, mas, mesmo assim, é mais de 200%. Não dá para a gente achar que isso é normal ou que é natural que nós tenhamos crianças que tenham esse nível de violação.

Então, queria agradecer muito a presença de todos; agradecer a presença da nossa querida Deputada, que mais uma vez esteve aqui conosco, nos acolhendo e, ao mesmo tempo, possibilitando esta parceria; agradecer a presença dos Deputados que nos acompanharam hoje, o Deputado Luiz Castro, que tem nos acompanhado desde o primeiro momento, e o Deputado José Ricardo, que esteve conosco hoje também. Quero agradecer a presença do CONANDA, que nos possibilitou essa construção da Secretaria Especial de Direitos Humanos, com a presença do Marcelo; a presença da Gecilda, que é também do CONANDA; a presença do nosso companheiro Renato, que nos acompanha desde o primeiro momento também, do Movimento Nacional de Direitos Humanos; a presença do Ministério Público, tanto da Dra. Alzira quanto da Dra. Leda, que estiveram aqui conosco. Quero agradecer a presença aqui a presença da nossa Representante do Comitê de Enfrentamento da



Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes, que nos acompanhou também; bem como da Secretária de Assistência Social e Direitos Humanos aqui do Município.

Quero agradecer a presença da nossa Deputada Rebecca. Rebecca era titular da Comissão Parlamentar de Inquérito do Turismo e Exploração Sexual, ela se licenciou do mandato para assumir uma Secretaria aqui no Governo do Estado e depois, ao retornar, retorna para a CPI, o que realmente engrandece o próprio trabalho da CPI.

Quero agradecer à Deputada Liliam Sá, que tem, junto comigo, feito todas essas diligências. São vários casos. Dizem que, no Rio de Janeiro, tem 17 crianças desaparecidas, várias ossadas — ossadas que foram localizadas, algumas delas, há alguns anos, em 2009, e até hoje não foi feito o DNA. Nós tivemos a oportunidade de ter 17 crianças desaparecidas, todas na faixa de 9 anos de idade, todas desaparecidas na presença de alguém, ou seja, acompanhadas por uma pessoa da família ou avó. Uma delas foi desaparecida dentro de casa, dentro de casa, e não se colheram as digitais, e a dor da mãe é que a digital está lá, e alguém falou para ela que ela era muito pobre para poder ter da polícia a resposta de colher e investigar essas digitais.

A dor dessas mães é alguma coisa comovente, que a gente não consegue medir, apenas tem uma leve dimensão do que passam essas mães. E, dessas 17 crianças, 12 têm relações com uma pessoa que estava sem a devida punição. Foi o trabalho da CPI que fez com quem essa pessoa pudesse ter uma responsabilização maior. Dos 17 casos, 12 apontam o envolvimento desta pessoa, inclusive com retrato falado, uma pessoa que presta serviço para a Marinha Mercante brasileira, o que é inadmissível.

São esses casos e tantos outros com que a gente lida que nos doem muito e fazem com que nós reafirmemos o nosso compromisso de combate à exploração sexual de crianças e adolescentes, que, como foi dito aqui, é roubo de infância e, portanto, é desumanização. E nós não podemos naturalizar as formas de desumanização que se constroem e que se refletem numa sociedade extremamente violenta.

Penso que, antes de as pessoas perderem literalmente as suas vidas, são simbolicamente desumanizadas, é retirada delas a condição humana que nos foi



fornecida, dentre outras coisas, por uma vontade divina. Além dos direitos assegurados na legislação, há uma vontade divina que nos colocou na Terra como seres humanos, como gente, e, por isso, é preciso que vivamos como gente. As nossas crianças têm o direito de serem crianças; e os nossos adolescentes, o direito de serem adolescentes.

Eu encerro, mas, antes, convoco para as diligências do dia de amanhã. Amanhã, às 10 horas, nós estaremos com o Presidente do Tribunal de Justiça e, às 14 horas, nós estaremos com o Procurador-Geral de Justiça do Estado do Amazonas, Dr. Francisco das Chagas Santiago da Cruz. Estaremos acompanhados pela Procuradora do Ministério Público do Trabalho, que está aqui conosco, Alzira Melo Costa; e por Rafael da Silva Rocha, Procurador de Meio Ambiente e Consumidor da Procuradoria da República do Amazonas. E, às 16 horas, nesta Assembleia, nós vamos colher os depoimentos acerca da Operação Estocolmo e outros depoimentos do caso de Coari.

Eu encerro, portanto, fazendo estas convocações e dando voz a Betinho, que disse que, quando nós não conseguimos ver uma criança, é porque ela foi vítima de tantas violações que a gente só consegue ver o que fizeram com elas. Que vejamos sempre, numa criança, uma criança e, num adolescente, um adolescente.

Um abraço grande, e declaro encerrada a presente audiência pública.
(Palmas.)